



ATA N.º 54/XI-4º/2016-17

- 1** – Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas 21H00, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
 - 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:
 - 3.2.1 – “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2016” (223/XI-4º);
 - 3.2.2 – “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2016”. (224/XI-4º).
 - 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Redução de Financiamento do Contrato de Empréstimo Bancário Longo Prazo” (225/XI-4º).
 - 3.4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão Orçamental do Município” (226/XI-4º).
 - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2017” (227/XI-4º).
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordos de Execução de Delegação de Competências, 2º Aditamento, com as Freguesias de:
 - 3.6.1 – União de Freguesias da Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal (228/XI-4º);
 - 3.6.2 – União de Freguesias de Caparica e Trafaria (229/XI-4º);
 - 3.6.3 – União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (230/XI-4º);
 - 3.6.4 – União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó (231/XI-4º);
 - 3.6.5 – Freguesia da Costa da Caparica (232/XI-4º).
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2º Aditamento ao anexo V dos Contratos de Delegação de Competências” (233/XI-4º)
 - 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” (234/XI-4º)
- 2** – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes;



Sónia Tchissole Pires da Silva; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; Ana José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, (Ent. nº 7977/XI-4º), **(Conforme Anexo I)**.
- O Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 10 de abril de 2017, (Ent. nº 7979/XI-4º), **(Conforme Anexo II)**.
- O Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves, com ausência no dia 10 de abril de 2017, (Ent. nº 7981/XI-4º), **(Conforme Anexo III)**.
- A Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 10 de abril de 2017, (Ent. nº 7982/XI-4º), **(Conforme Anexo IV)**.
- O Sr. Daniel Pedro Sobral, com ausência no dia 10 de abril de 2017, (Ent. nº 7983/XI-4º), **(Conforme Anexo V)**.
- A Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, (Ent. nº 8002/XI-4º), **(Conforme Anexo VI)**.
- A Sr.ª Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 10 de abril de 2017, (Ent. nº 8004/XI-4º), **(Conforme Anexo VII)**.
- O Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 10 de abril de 2017, (Ent. nº 8005/XI-4º), **(Conforme Anexo VIII)**.
- O Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, (Ent. nº 7877/XI-4º), **(Conforme Anexo IX)**.

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X)**.



- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 10 de abril de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
 - O Candidato Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 10 de abril de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves e por impedimento da cidadã Sr.^a Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.^a Helga Cristina Rosa Ribeiro – PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa e da cidadã Sr.^a Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII**).
 - O Candidato Sr. Joaquim Machado Duarte, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 10 de abril de 2017, da eleita Sr.^a Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
 - O Candidato Sr. António Almeida Charrua, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 10 de abril de 2017, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.^a Fernanda Maria Amaro Tavares, do cidadão Sr. Carlos Alexandre Melo Ohen, do cidadão Sr. Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto e da cidadã Sr.^a Aurora da Conceição Marques de Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX, XXI, XXII, XXIII e XXIV**).
 - A Candidata Sr.^a Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, apresentada a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXV**).
 - O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 10 de abril de 2017, da eleita Sr.^a Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida e por impedimento do cidadão Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVI e XXVII**).
 - O Candidato Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 10 de abril de 2017, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento da cidadã Sr.^a Rita Margarida Cardoso Vieira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVIII e XXIX**).
 - A Candidata Sr.^a Joana Rodrigues Mortágua, apresentada a sufrágio pela lista do BE e que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.^a Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXX e XXXI**).
- 4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.4** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 7599/XI-4º ao 7931/XI-4º do Expediente Enviado do nº 4907/XI-4º ao nº 5169/XI-4º, da Reunião de Representantes dos Grupos



Municipais – Súmula Nº 19/XI-4º/2016-17, das Atas Nºs 52/XI-4º/2016-17 e 53/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas Nºs 52/XI-4º/2016-17 e 53/XI-4º/2016-17 e da Informação Nº 18/16-17 da Atividade dos Membros da Mesa.

4.5 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 52/XI-4º/2016-17 e 53/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas N.ºs 52/XI-4º/2016-17 e 53/XI-4º/2016-17, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

5.1 – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

5.1.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.

5.1.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2ª e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.2 – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.

5.2.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.

5.2.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.3 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.

5.3.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.

5.3.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.

5.4 – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Manutenção do espaço Público”.

5.4.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de julho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6484/XI-3º e designado de nº 19/CDS-PP/XI-3º.

5.4.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de julho de 2016, através do ofício nº 4211/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4210/XI-3º.

5.5 – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Requalificação e segurança de pessoas e bens no Ginjal e Olho-de-Boi”.



- 5.5.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 6 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6664/XI-3º e designado de nº 20/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 13 de setembro de 2016, através do ofício nº 4347/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4346/XI-3º.
- 5.6** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Degradação do Parque Habitacional no Concelho de Almada”.
- 5.6.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 7 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7061/XI-4º e designado de nº 22/CDS-PP/XI-4º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4602/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4601/XI-4º.
- 5.7** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Obras no Pavilhão Gimnodesportivo da Costa da Caparica”.
- 5.7.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 11 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7091/XI-4º e designado de nº 23/CDS-PP/XI-4º.
- 5.7.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4614/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4613/XI-4º.
- 5.8** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “rua Bernardo Francisco da Costa”.
- 5.8.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6833/XI-3º e designado de nº 5/PS/XI-3º.
- 5.8.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4670/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4669/XI-4º.
- 5.9** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Trânsito e estacionamento no Eixo Central de Almada”.
- 5.9.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6834/XI-3º e designado de nº 6/PS/XI-3º.
- 5.9.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4672/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4671/XI-4º.
- 5.10** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Fiscalização de trânsito na rua Jerónimo Osório”.
- 5.10.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6835/XI-3º e designado de nº 7/PS/XI-3º.
- 5.10.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4674/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4673/XI-4º.
- 5.11** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Atuação de Funcionários da ECALMA”.



- 5.11.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6836/XI-3º e designado de nº 8/PS/XI-3º.
- 5.11.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4676/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4675/XI-4º.
- 5.12** – Pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, solicitando informações sobre “Identificação do património imobiliário, urbano e rústico”.
- 5.12.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7190/XI-4º e designado de nº 9/PS/XI-4º.
- 5.12.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 7 de dezembro de 2016, através do ofício nº 4708/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4707/XI-4º.
- 5.13** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas”.
- 5.13.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 4 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7452/XI-4º e designado de nº 24/CDS-PP/XI-4º.
- 5.13.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 5 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4810/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4809/XI-4º.
- 5.14** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “Falha de transporte garantido aos alunos de Costas de Cão”.
- 5.14.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 24 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7521/XI-4º e designado de nº 8/BE/XI-4º.
- 5.14.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 30 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4847/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4846/XI-4º.
- 5.15** - Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Festival Sol da Caparica”.
- 5.15.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7601/XI-4º e designado de nº 3/PSD/XI-4º.
- 5.15.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4917/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4916/XI-4º.
- 5.16** – Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Transações de património municipal”.
- 5.16.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7600/XI-4º e designado de nº 4/PSD/XI-4º.
- 5.16.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4919/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4918/XI-4º.
- 5.17** - Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Aluimento de terras na rua Conceição Sameiro Antunes – Cova da Piedade”.



5.17.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 01 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7712/XI-4º e designado de nº 25/CDS-PP/XI-4º.

5.17.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 2 de março de 2017, através do ofício nº 5018/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5017/XI-4º.

5.18 - Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Pintura nas paredes do Concelho”

5.18.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 1 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7713/XI-4º e designado de nº 26/CDS-PP/XI-4º.

5.18.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 2 de março de 2017, através do ofício nº 5020/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5019/XI-4º.

5.19 - Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Degradação das Habitações Sociais no Laranjeiro”.

5.19.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 2 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7717/XI-4º e designado de nº 27/CDS-PP/XI-4º.

5.19.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 7 de março de 2017, através do ofício nº 5034/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5033/XI-4º.

5.20 – Pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, solicitando informações sobre “AUGI”.

5.20.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 17 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7824/XI-4º e designado de nº 10/PS/XI-4º.

5.20.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 5105/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5104/XI-4º.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Felismina Barradas Ferreira, residente na Charneca de Caparica.

6.1.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Maria Felismina Barradas Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Herdade da Aroeira — Falta de diálogo da CMA com a Associação de Proprietários

A APRHA, Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, desde há um ano tem vindo a participar nas sessões ordinárias desta Assembleia Municipal, como forma de alertar para a situação inconcebível, e que muito nos preocupa, acerca da inexistência dos serviços básicos de manutenção, limpeza e conservação do espago publico dentro da Herdade da Aroeira, da responsabilidade da Camara Municipal de Almada.

Na sequência da segunda exposição que aqui trouxemos, em junho de 2016, foi-nos concedida uma reunião com o Exmo. Sr. Presidente da CMA e outros responsáveis da autarquia, na qual foi prometido o início de um trabalho conjunto, que nos conduzisse a uma solução na qual a CMA se comprometia a honrar as suas responsabilidades, em consonância com os direitos e com as expetativas de todos os proprietários e moradores da Herdade da Aroeira.



Passados 10 meses, essa "promessa" do Exmo. Sr. Presidente da CMA não foi, até ao momento cumprida, e não nos foi comunicada qualquer informação que nos permitisse acompanhar alguma hipotética diligência interna da CMA, que nos garantisse a existência de um plano de ação no sentido da resolução do problema.

A APRHA não tem estado parada, continuou a trabalhar, ao logo de todos estes meses, no intuito se preparar para um dialogo profícuo com a CMA. Esperaríamos poder conhecer as diligências já efetuadas pela CMA, bem como apresentar os nossos pontos de vista e construir conjuntamente um projeto alicerçado numa base sólida de cooperação, mas a realidade é que, por ausência de atitude a CMA nos negou, até ao momento, essa possibilidade.

Contudo, hoje, cerca das 18H da tarde, recebi um telefonema do Gabinete da Presidência da CMA, convocando a APRHA para uma reunião com o Exmo. Sr. Presidente Dr. Joaquim Judas, no próximo dia 28 de abril pelas 10H da manha.

Para além de nos congratularmos com o agendamento da referida reunião há tanto esperada, pretendemos desta forma dar conta publicamente de que a APRHA coloca nesta próxima reunião as mais elevadas expetativas, no sentido de que sejam concretizadas ações que nos levem a uma solução definitiva para os problemas da Herdade da Aroeira.

Esperamos poder em breve dar-vos notícias dos resultados alcançados, a bem da Herdade da Aroeira e de todos quantos nela vivem e trabalham, bem como de todos os que a visitam.

Obviamente que este não seria o texto inicial preparado para a intervenção de hoje. De qualquer maneira não quisemos deixar de aqui vir congratularmo-nos com a iniciativa da Câmara que hoje tivemos conhecimento e aguardamos sinceramente que a partir daqui, ou seja a partir do dia 28 de abril possamos ter outras notícias e boa expetativa, que é assim que esperamos.”

6.2 – Usou da palavra o Município Exm.º Senhor João Ferreira, residente na Trafaria.

6.2.1 - O Município Exm.º Senhor João Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria, através do seu corpo ativo, levou a efeito uma atividade denominada “Bombeiros por 5 dias”, ou 5 dias ao serviço dos Bombeiros. A atividade teve como finalidade a captação de novos e futuros Bombeiros. A atividade só foi possível com a extraordinária colaboração da Junta de Freguesia de Caparica e Trafaria. A razão desta minha intervenção é, publicamente manifestar o nosso agradecimento pela atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia ou pela União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Muito obrigado.”

6.3 – Usou da palavra o Município Exm.º Senhor João Tadim, residente na Trafaria.

6.3.1 - O Município Exm.º Senhor João Tadim:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu apresento-me a título individual nesta sessão da Assembleia Municipal para partilhar convosco a experiência que tem sido, enquanto cidadão e enquanto empresário a tentativa de criação de uma oferta turística no que diz respeito à oferta de alojamento particular aqui na Trafaria. É um projeto que



começou há quatro anos a esta parte, com a aquisição de um edifício na rua Jaime Artur da Costa Pinto, esse edifício foi recuperado, devolvido àquilo que era a sua atração original, está em exploração há três anos, já acolheu umas centenas de turistas com muito sucesso e com muito bom feedback de todas as pessoas que aqui vieram. Os bons resultados desse investimento que fizemos fizeram-nos arriscar em duas ou três coisas. Na aquisição de um segundo imóvel na avenida Bulhão Pato, aquilo que foi durante algum tempo a Escola Primária da Trafaria, a sua recuperação, e além da criação de uma expansão daquilo que é a oferta de alojamento existente já neste momento, na Jaime Artur da Costa Pinto, decidimos, eu e a minha esposa mudar para a Trafaria e vir viver para cá, e isto porque acreditamos no potencial imenso que existe na Trafaria para se transformar efetivamente num destino turístico alternativo que fazendo valer as tradições e fazendo valer as gentes e os costumes da Trafaria possa efetivamente colocar a Trafaria e proporcionar um modelo de desenvolvimento diferente, um modelo de desenvolvimento que gere valor para a comunidade da Trafaria.

Ora, mas temo-nos deparado estes quatro anos de trabalho em conjunto com muito boas surpresas, sempre nos sentimos bem acolhidos, sempre nos sentimos parte da comunidade, nas pessoas com quem interagimos, mas temo-nos deparado também com muitas dificuldades. Dificuldades essas que têm a ver com o sentirmos que apesar de um modelo e daquilo que se diz sobre o que pode ser o futuro da Trafaria nesta perspetiva turística e aquilo que é o investimento que nós enquanto privados temos feito e que não só nós temos visto outros fazer esse investimento, e vê-se a forma como a iniciativa da ARU criou condições para que muitas casas fosse, recuperadas e para que as coisas funcionassem melhor no que diz respeito a essa componente da reabilitação do edificado, sentimos que o investimento no espaço público não tem acompanhado o investimento que os privados têm feito. Nesse sentido e, como eu aqui apresento-me meramente como particular que tem as dificuldades que um particular tem na interação com a administração local. Venho fazer nota de uma dificuldade muito grande que nós estamos a ter na persecução e na finalização das obras da casa que temos na avenida Bulhão Pato, cujas obras estão praticamente finalizadas e cuja conclusão está dependente de alguma intervenção do lado da Câmara em relação a um conjunto de construções que estando em cima do muro que divide a nossa propriedade de um terreno que é da Câmara, nos impedem de concluir a obra. Em conclusão, do meu lado e da maneira como eu vejo o projeto que eu individualmente tenho para mim enquanto futuro Trafariense, há um potencial que está por explorar nesta vila, há um potencial que muitos privados já entenderam que existe. Não vejo traduzida, nem vemos traduzida naquilo que é a reabilitação do espaço público da Trafaria, um eco do investimento que muitos privados estão a fazer naquilo que é a sua própria propriedade. Conscientes de que há dificuldades que vão para além daquilo que são as vontades individuais, e conscientes de que haverá com certeza um esforço grande da administração local para endereçar estes desafio de uma forma que faça sentido e crie melhores condições para que mais pessoas invistam e que criem novas oportunidades na Trafaria, consciente disso, senti que era meu papel enquanto cidadão alertar para este facto, pedir encarecidamente a ajuda da Câmara para que este bloqueio que nos está a afetar a mim individualmente, mas que acredito que



sirva de exemplo para muitos outros bloqueios que talvez existem a pessoas como eu, que têm interesse efetivamente em ter um papel na reabilitação e na criação pelo menos num futuro diferente para esta componente turística na Trafaria.”

6.4 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Joana Paula Silva, residente na Costa da Caparica.

6.4.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Joana Paula Silva:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não me tinha preparado, soube desta Assembleia há três dias. O meu nome é Joana como disse, eu vivo aqui há três anos, há três anos comecei a reparar no potencial turístico que tinha esta região. Eu sou de Lisboa, embora a minha família tenha fortes relações com a Costa da Caparica, eu acho que inclusivamente fui feita aqui, portanto eu tenho muito carinho por esta região e estou extremamente preocupada com ela. Também há cerca de um ano decidi juntamente com o meu pai investir numa loja de bicicletas, portanto num negócio de animação turística, chama-se “Varina Bike & Adventure shop”, vai abrir ali na loja da Trafaria e no decorrer de todo este processo de abrir a loja, de reconhecer o território, fomos reparando como eu já tinha reparado, mas essencialmente agora que não são só os meus olhos que vêm, são também os turistas e as pessoas que nos visitam, é a questão da limpeza e do saneamento. Eu enviei há pouco tempo um e-mail para a Câmara a reforçar a ideia, acho que as pessoas que pertencem aqui diretamente à Câmara Municipal conhecem o e-mail que eu enviei, e a minha pergunta é simples, o que é que vocês tencionam fazer com a vergonha, e é literalmente uma vergonha que está naquela Falésia, paisagem protegida. Eu mandei o e-mail ainda em 2016, em 2017 no início reforço com fotografias, aquilo para além de entulho tem conchas, marisco que eventualmente vem dos restaurantes cá de baixo, não há cuidado nenhum, tem sanitas, colchões, tudo o que tem a ver com materiais de obra, está uma vergonha. É uma paisagem dúbia, porque ao mesmo tempo que temos vista para o lindo Oceano e para as lindas praias da Costa da Caparica, temos uma paisagem horrível com lixo, eu não consigo descrever. E há duas coisas que me surpreendem é, como após o aviso e o pedido de ajuda que ouviram da minha parte, eu ontem estive na Falésia e o lixo permanece. Portanto já estamos a falar em 2016, estamos em 2017, continua, não há depósitos de lixo, ou seja, se eu quiser pôr alguma coisa no lixo: beatas, papéis, não existe. E atenção que eu sou de Santo António da Caparica, portanto a Falésia diz respeito diretamente à Trafaria, julgo eu, estou a referir-me a este lado mais perto da Trafaria, bem como aqui na Trafaria. Eu procuro sítios para pôr o lixo e é muito difícil. Portanto, a minha pergunta, eu para já não tenho mais nada a dizer, mas a minha pergunta é o que tencionam e como tencionam resolver aquela situação, porque levar turistas àquela zona e se o vosso objetivo é desenvolver o turismo na região de forma sustentável e saudável, aquilo não é de todo uma boa imagem. Esta é a minha pergunta.”

6.5 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

6.5.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Agradecer antes de mais nada à Sociedade Recreativa Musical Trafariense e aos seus Corpos Diretivos, por nos terem recebido aqui hoje, amanhã e depois para esta Assembleia Municipal.

Sublinhar o importante papel que esta coletividade desempenha aqui na Trafaria e no nosso Concelho na promoção de trabalho cultural, designadamente na área da música, mas também na promoção do movimento associativo. A forma como foi possível manter e como está a ser bem utilizada em favor da população da Trafaria e do nosso Concelho esta instalação que aqui dispõem. Novos sucessos são os nossos desejos para todos vós.

Caros Municípes, muito brevemente em relação às questões que colocaram e que agradecemos, no que diz respeito à primeira questão relacionada com a Associação dos Moradores da Herdade da Aroeira, enfim tardou mas existe já um levantamento daquilo que são as nossas responsabilidades e diretamente as responsabilidades que estão assumidas pela SILCOR, estamos em condições de poder convosco tratar daquilo que pode vir a ser o futuro na gestão daquele território. A Associação faz parte do projeto e estamos também muito empenhados que a reunião de dia 28 possa ser frutuosa em todas as dimensões, no que diz respeito às condições para que a Associação possa funcionar, mas sobretudo no que diz respeito a serem de facto tidas em conta as pretensões dos moradores.

Dia 28 penso que às 10H da manhã, lá estaremos, não é antes porque não estarei cá durante a próxima semana.

Em relação aos Bombeiros, e uma saudação especial aos Bombeiros da Trafaria. Caro Sr. Presidente, Corpos Sociais dos Bombeiros, hoje estive aqui num breve agradecimento à Junta de Freguesia, à Sr.^a Presidente da União da Junta das Freguesias que aqui também saúdo, que está aqui sentada connosco como membro desta Assembleia, mas tendo intervindo não podia deixar de sublinhar o papel, a importância do trabalho que os Bombeiros da Trafaria têm desenvolvido ao longo de anos e com os quais continuamos a contar.

Sobre as questões relacionadas com o alojamento local tomámos boa nota daquilo que foi colocado, iremos com certeza em qualquer momento, se ainda aí estiver, tentar precisar mais exatamente consigo qual é que é a questão, a localização, qual é o espaço que refere que é da Câmara para que possamos ajudar a resolver esse assunto.

Como é sabido nós estamos muito empenhados em intervir neste território, não só no que diz respeito à sua dinamização, mas também à qualificação do espaço público. Não só através das ARU mas também através da qualificação desta porta de entrada que é este terminal que aqui temos. Foi por essa razão que também veio à nossa posse, adquirimos a Garagem Piedense que ali está e estamos também empenhados em conseguir encontrar parceiros e soluções para a qualificação do Presidio, sendo que o primeiro projeto, como também é do conhecimento geral, não se concretizou por dificuldades da Escola de Hotelaria em conseguir assumir a parceria que se pretendia que tivesse connosco em relação à qualificação do Presidio. Mas nós cá estamos e vamos com certeza continuar. Também nesse aspeto sublinhar o entendimento que está estabelecido com a Administração do Porto de Lisboa e que permitirá muito brevemente uma intervenção nesta frente. As coisas estão neste momento acordadas,



existem decisões da Administração do Porto de Lisboa em relação a esta matéria num processo negocial que envolveu aqui também a União das Freguesias e a Câmara. Também neste aspeto saudar e agradecer a disponibilidade e a iniciativa da Junta da União das Freguesias para a qualificação da praia e do espaço envolvente.

Em relação à questão da limpeza, é uma matéria já conhecida nossa, há muito tempo, que se associa ao processo de vandalismo que assolou os dois grandes Fortes, podemos dizer assim, que marcam aqui a nossa linha litoral num momento em que a Defesa Nacional abandonou estes espaços, concretamente o espaço entre o Forte da Raposeira e o Forte de Alpenas. É uma área pouco povoada e escolhida por gente indigna que vem de vários pontos da Área Metropolitana de Lisboa, ali largar entulho. É ali possível encontrar envelopes, papéis vindos da margem Norte ou de outros Concelhos e às vezes também gente que se admite que seja do nosso Concelho. Tem sido um vazadouro no qual naturalmente a Câmara está interessada em intervir e qualificar num contexto que, como imaginam não é fácil dadas as características da zona. Tira-se e ao fim de um tempo volta a estar e por vezes está lá ainda coisas que lá estavam anteriormente e voltam a estar mais e voltam a estar outras. Mas que há empenhamento da nossa parte em perseguir aqueles que dessa forma tratam o nosso território e as nossas áreas protegidas. Isto sem esquecer que temos apesar de tudo uma intervenção ao nível daquilo que são os nossos recursos num território em que as áreas verdes, as áreas de REN e RAN são muito vastas, praticamente o nosso território em cerca de metade do nosso território tem estas características. Seria enfim não se convençam que é só ali que temos esse problema. Temos problemas destes em muitos locais do nosso Concelho e ele só será resolvido na medida em que todos nós nos sintamos responsáveis e assumindo que cada pessoa devidamente identificada que contate ou que constate um facto desses, pode desencadear um processo de contraordenação. É necessário é que a pessoa se identifique quando faz a denúncia desse facto. Se for anónimo não é possível, se se identificar é possível que se desencadeie um processo de contraordenação, seja contra quem for que abusa do nosso território, do nosso ambiente e da nossa qualidade de vida.

Só agradecer aquilo que aqui vem mais uma vez, neste caso esta nossa Múncipe a denunciar. E é o que me cabe dizer sobre estas matérias.”

6.5.2 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Caríssima Múncipe registo os seus gestos para voltar a falar mas não estamos numa sessão de debate e esclarecimento, é uma Assembleia que tem as suas regras. Por isso se quiser voltar a falar tem que vir cá amanhã e tem o tempo como teve hoje para colocar as questões que desejar. Mas temos que ter regras e as regras são estas, por isso peço-lhe desculpa não lhe dar novamente a palavra. É assim que funciona a Assembleia aqui como em qualquer outro Concelho.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Ricardo Louçã – Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (apresentando Voto de Pesar pelo



falecimento do Cidadão João Osório) e Teresa Coelho – Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Bento Silveira Rações).

7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã – Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão João Osório.

Faleceu no passado dia 22 de fevereiro o cidadão João Osório Ferro de Jesus.

O João Osório como era conhecido, nasceu em Lisboa em janeiro de 1937 e residia em Almada há mais de 50 anos.

O João Osório estudou na Casa Pia de Lisboa e com orgulho o afirmava.

Entre 1965 e 1974 exerceu funções administrativas como funcionário da Embaixada do Japão em Lisboa.

Entre 1974 e 1985 desempenhou funções e teve ação de mérito na área do movimento sindical e de trabalhadores e suas estruturas representativas na denominada Cintura Industrial de Lisboa.

A partir de 1985 integrou-se com sucesso no mundo empresarial onde aplicou as suas qualidades criativas, criando e credibilizando as suas empresas pela mestria conhecida e reconhecida de organizador e estratega.

Em 1985 e em 1986, respetivamente, constituiu a empresa de Documentação e Contabilidade, denominada ADA – Agência de Documentação de Almada, assumindo as funções de Técnico Oficial de Contas e a empresa Imobiliária e de Administração de Condomínios, denominada ADA – Mediação Imobiliária, Lda, exercendo a gerência de ambas. Em 1995 constituiu a ADA – Trabalho Temporário, Lda, sendo seu gerente até 2005.

Ainda em 1995 constituiu uma nova, emblemática e reconhecida, a SHP – Consultadoria Informática, Lda, empresa especialista no desenvolvimento de software de gestão de informação, gestão documental e sistemas workflow, na qual exerceu também as funções de gerente.

A sua grande capacidade de entrega, a sua dedicação e empenho, os seus conhecimentos e visão criativa, afirmaram João Osório, conhecido e reconhecido nas atividades empresariais ao nível Concelhio, Regional e Nacional.

João Osório foi o organizador das primeiras e segundas jornadas nacionais, realizadas respetivamente em 2003 e 2006, sobre a Gestão Documental, em que tiveram a presença de altas personalidades de Arquivistas, bem como de SE o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio e do Secretário de Estado do Conselho de Ministros.

Também através da aplicação informática concebida pela sua empresa SHP e denominada InfoGest/ArqGest atingiu um muito elevado nível que foi condição para ter como clientes e utilizadores desde a Presidência da República, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal de Justiça, vários Ministérios, passando pela GNR, Força Aérea ou a CP, até muitas Câmaras Municipais do Norte ao Sul de Portugal.



O reconhecimento da SHP como PME pelo IAPMEI, assim como a Certificação de Qualidade pela Norma ISO NP 9001:2008, levou à Certificação a nível de Sistema de Gestão à Investigação, Desenvolvimento e Investigação (IDI), assim como a Certificação pela DGERT para formação de Ciências Documentais, Informação e Comunicação e ainda de Ciências Informáticas e as muitas centenas clientes, são a prova cabal de uma liderança audaz e gestão proficiente, capaz de competir com os melhores.

Em 2016 foi esta empresa a vencedora do concurso público lançado pela Câmara Municipal de Almada, tendo então assinado o contrato de Aquisição de Serviços de Organização e Informatização Arquivista da parte histórica do arquivo das onze coletividades centenárias do Concelho de Almada.

João Osório foi também e sempre um cidadão empenhado no desenvolvimento do Concelho de Almada e da região de Setúbal, contribuindo para o associativismo empresarial assim como para o movimento associativo popular.

Foi um cidadão interessado na unidade de ação dos pequenos e médios empresários e sua organização representativa.

Em 2001 foi eleito presidente da AERCA – Associação Empresarial da Região da Costa Azul do Distrito de Setúbal, representando esta Associação, no Conselho Superior Associativo da AEP - Associação Empresarial de Portugal.

Associação esta que vem estabelecer parcerias com Universidades para que as Aplicações Informáticas de Ciências Documentais da SHP, fossem ministradas teórica e prática aos licenciados que pretendiam cursar as pós-graduações de Ciências Documentais, Informação e Comunicação (vulgo Arquivistas ou Técnicos Superiores de Arquivo), bem como protocolos curriculares e de estágio quer com Institutos Politécnicos, quer com Escolas Secundárias do Distrito de Setúbal e ainda com Escolas Profissionais

Em 2014 foi eleito presidente da APERSA – Associação de Pequenos Empresários da Região de Setúbal e Alentejo, e para ir ao encontro dos interesses da comunidade, estabeleceu protocolos de cooperação com algumas escolas da região entre elas: Anselmo de Andrade, Miradouro de Alfazina, Manuel Cargaleiro, a Escola Profissional de Almada, e o Instituto Piaget, bem como com a Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Teve também participação reconhecida no movimento associativo popular e no movimento de moradores.

No Clube de Campismo do Concelho de Almada foi eleito para o mandato 1999-2001 integrando a lista do Conselho Diretor no cargo de Vice-Presidente Administrativo.

Fez parte dos órgãos sociais do Amora Futebol Clube sendo eleito Presidente do Conselho Fiscal no mandato iniciado em 2001.

Em 11 de Janeiro de 2017, naquele que foi o seu último ato público, tomou posse como Presidente do Conselho Fiscal dos Bombeiros Voluntários de Almada, tendo na sua intervenção deixando votos “que os anos de 2017 a 2019, sejam anos em que os Órgãos Sociais desta Associação Humanitária, através



da sua principal atividade, pratiquem uma política cada vez mais próxima dos Almadenses, trazendo até si as Micro, Pequenas e Médias Empresas, pilares da coesão económica e social desta comunidade, quer como associados, quer como mecenas, fortalecendo-a cada vez mais.”

Durante toda a sua atividade profissional deu emprego e formou centenas de jovens, tendo muitos deles saído das suas empresas e constituído o seu próprio posto de trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento e riqueza da região.

João Osório foi um participante empenhado na vida do concelho de Almada, no desenvolvimento e progresso das suas gentes, foi um homem generoso e fraterno, militante do Partido Comunista Português – PCP e ativista da Coligação Democrática Unitária – CDU.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 10 de abril de 2017 em reconhecimento das suas qualidades humanas empresariais e de cidadania, manifesta profundo pesar pelo falecimento do Cidadão João Osório Ferro de Jesus e apresenta à sua esposa Maria Fernanda, à sua filha Ana Paula, à sua neta Joana Sofia e demais Família e Amigos as mais sentidas condolências.”

7.1.2 – A Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho – Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Bento Silveira Rações.

Bento Silveira Rações, presidente da Junta de Freguesia de Caparica durante duas décadas, faleceu no passado dia 6 de março.

Eleito pelo povo da Freguesia da Caparica pela primeira vez em 1985, encabeçando então a lista de candidatos apresentada pela Aliança Povo Unido (APU), Bento Rações foi sucessivamente reeleito nos atos eleitorais autárquicos seguintes, terminando o seu último mandato no ano de 2005.

Alentejano natural de Vale de Vargo, Bento Rações nasceu a 16 de abril de 1956, e fixou-se ainda muito jovem no Monte de Caparica, que se tornou a terra do seu coração e onde, para além da vida autárquica, desempenhou destacada atividade no quadro do Movimento Associativo Popular da Freguesia da Caparica e do Concelho de Almada.

Foi um grande impulsionador do Projeto ImaginArte Almada, com o Mês da Fotografia que ocorre desde o ano 2000, projeto cultural e artístico, de muitas exposições, encontros e debates e de um grande envolvimento da juventude e determinante para a constituição da Associação de Cultura e Imagem F4.

Bento Silveira Rações desempenhava à data do falecimento as funções de Presidente da Direção da Associação Cultural Capa Rica, em nome da qual sempre se envolveu dedicadamente, entre muitas outras atividades, nas Marchas Populares de Almada. Essa era uma das suas conhecidas paixões, a par do seu clube, o Sport Lisboa e Benfica, e do seu partido, o Partido Comunista Português.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, expressa o mais sentido voto de pesar pelo falecimento de Bento Silveira Rações, reverenciando a sua memória e apresentando à sua família, à Junta de Freguesia, ao Movimento Associativo que integrava e a todos os seus amigos, as mais sentidas condolências e a mais viva solidariedade.”



7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 – O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão João Osório, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã – Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada Cova de Piedade, Pragal e Cacilhas, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 – O Voto de Pesar pelo falecimento de Bento Silveira Rações, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho – Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria, foi aprovado por unanimidade.

7.2.3 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Teresa Coelho – Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria (apresentando Moção/Deliberação Pela conclusão das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica), Luís Palma – Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando Moção/Saudação à situação e reabilitação do parque escolar do Concelho e Moção/Saudação à Freguesia de Laranjeiro e Feijó galardoada com a bandeira verde Eco Freguesias XXI), Ricardo Louçã – Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada Cova de Piedade, Pragal e Cacilhas (apresentando Moção/Deliberação Sobre a Metro Sul do Tejo em Meio Urbano), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Transferência de Competências para as Autarquias Locais), António Pedro Maco (apresentando Moção/Saudação ao Dia Mundial do Teatro), Carlos Guedes (apresentando Moção/Saudação Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio), Carlos Revés (apresentando Moção/Saudação ao Centenário Nascimento de Alfredo Diniz), José Gabriel (apresentando Moção/Deliberação sobre Participação e Proximidade), Eva Gomes (apresentando Moção/Saudação à Quinzena da Juventude 2017), Ana Margarida Carvalho (apresentando Moção/Deliberação Contra o Encerramento de Agências da CGD), Pedro Matias (apresentando Moção/Deliberação Contra o Encerramento de Agências da CGD no Concelho de Almada), José Joaquim Leitão (apresentando Moção/Deliberação sobre Unidades de Saúde Familiar da Charneca de Caparica), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação Sim ao Terminal de Contentores no Barreiro. Não a Terminal de Contentores na Trafaria e Moção/Deliberação sobre Centenário do Nascimento de Romeu Correia) e Sónia Silva (apresentando Moção/Deliberação 22 de março – Dia Mundial da Água e Almada Terra de Cumprimento de Direitos Humanos).

7.3.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho – Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela conclusão das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica

A Escola Secundária do Monte de Caparica, sede do Agrupamento de Escolas de Caparica, entrou no plano de opções por parte do Parque Escolar E.P. para uma intervenção alargada, obra iniciada em



outubro de 2010. Três meses depois, em janeiro de 2011, viu este processo interrompido e até à data de hoje não se vislumbrou qualquer avanço.

Uma decisão lamentável que agrava o dia-a-dia escolar cada vez mais, tais são as condições que colocam a escola no limiar da dignidade, onde no interior dos contentores que servem de “sala de aula” ora há excesso de frio ou de calor, consoante a época do ano, nos quais entra água cada vez que chove, em que as ocorrências das “salas” ao lado interferem no curso normal de cada aula, onde os alunos se acotovelam em virtude de regras de formação de turmas que não atendem às circunstâncias locais, ao que se somam as instalações sanitárias degradantes, o parque informático desatualizado a aguardar o termo da intervenção de fundo, e a inexistência não de um espaço polivalente coberto entre muitas outras disfunções incompatíveis com a desejada excelência dos serviços prestados.

Refira-se que falamos de um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), que serve cerca de 2120 alunos, dos quais 43% beneficia de apoio no âmbito da Ação Social Escolar. Esta percentagem reflete a amplitude do serviço prestado, que tem uma forte componente social a par da componente educativa. Falamos de um território socioeconómico carenciado, de uma população que vê na Escola um espaço de acolhimento humano, aliás sublinhado pela avaliação externa ao Agrupamento.

As promessas de que as obras seriam concluídas nunca foram cumpridas. Há vários anos que os alunos entram e saem da Escola Secundária do Monte de Caparica sem conhecer a normalidade de uma sala ou de um espaço para atividades como a música, a dança ou o teatro, que tanta falta fazem a esta comunidade.

Esta realidade tem merecido por parte da comunidade escolar, estudantes, pessoal docente e não docente, pais e encarregados de educação e dos eleitos nas autarquias locais, várias acções de luta, tomadas de posições públicas, ainda sem qualquer indicação, por parte do governo, da resolução deste inadiável problema.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, delibera:

1. Exigir ao Governo a conclusão das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica;
2. Solidarizar-se com os estudantes, pais e encarregados de educação, professores, assistentes operacionais e toda a comunidade educativa nesta justa reivindicação por condições dignas de funcionamento do estabelecimento de ensino.”

7.3.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.2.1 – “Moção/Saudação à situação e reabilitação do parque escolar do Concelho

Ao longo de quatro décadas, a Câmara Municipal de Almada assumiu o compromisso de investimento na melhoria, alargamento e qualificação do parque escolar, sendo esta opção política referência no plano educativo nacional.



No atual mandato o Executivo Municipal, procedeu a um investimento que ultrapassa os seis milhões de euros, sendo cerca de um milhão providos de comparticipação comunitária, e mais de cinco milhões financiados pelo orçamento municipal.

As intervenções previstas ou em curso no parque escolar sob a responsabilidade municipal abrangem a substituição das coberturas de fibrocimento em onze escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância; a requalificação da EB1/JI n.º 1 do Laranjeiro, a n.º1 da Trafaria e da EB 2, 3 António da Costa (Almada), em parceria com o Ministério da Educação, para a integração do 1.º ciclo do ensino básico e jardim-de-infância; a ampliação da EB1/JI Maria Rosa Colaço (Feijó); a construção do refeitório da EB1/JI n.º2 da Cova da Piedade; a pintura exterior e colocação de telheiros na EB1 n.º 1 da Cova da Piedade, JI de Marco Cabaço e EB1 n.º 2 do Laranjeiro.

Assinale-se, ainda, o investimento de 2.120.000,00 euros na construção da nova Escola Básica com Jardim-de-Infância na Freguesia de Charneca de Caparica, obra iniciada no passado dia 6 de março. Este novo estabelecimento de ensino vai ser o local para a aprendizagem de cerca de 400 crianças distribuídas pelas 3 salas de jardim-de-infância e 12 salas do 1.º ciclo, apoiadas por refeitório e cozinha, biblioteca, ginásio, balneários, zona de wc e núcleo de gabinetes, numa área de quase 2300 metros quadrados. No logradouro ficará um recreio coberto, campo de jogos, zona de jogos lúdicos, horta pedagógica e área de recreio livre. Na zona circundante à escola será construído um jardim público e área de estacionamento.

Estes investimentos efetuados pela Câmara Municipal no âmbito das suas competências, são merecedores de destaque, e exemplo a seguir pelo Poder Central noutros estabelecimentos do Concelho vocacionados para outros níveis de ensino, como são exemplos: as Escolas Secundárias do Monte de Caparica, Anselmo de Andrade (Almada), Francisco Simões (Laranjeiro), Fernão Mendes Pinto (Pragal), António Gedeão (Laranjeiro); e as EB da Trafaria, da Alembança (Feijó) e Comandante Conceição e Silva (Cova da Piedade), às quais juntamos a reivindicação da construção das novas Escolas Secundárias na Costa da Caparica e Charneca de Caparica, poderíamos estar a falar de um processo de intervenção que requalificaria de modo amplo e equitativo o nosso mosaico educativo no que aos equipamentos escolares diz respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, saúda o Município de Almada:

1. Pela opção de investimento nos estabelecimentos de ensino onde possui competência;
2. Pelo trabalho desenvolvido na área da Educação, proporcionando pela via da qualificação do parque escolar, a coesão territorial e o fortalecimento da relação com a comunidade em geral e educativa em particular;
3. Pela valorização da Escola Pública, Democrática e de Qualidade.”

7.3.2.2 – “Moção/Saudação à Freguesia de Laranjeiro e Feijó galardoada com a bandeira verde Eco Freguesias XXI



A Freguesia de Laranjeiro e Feijó é uma das primeiras Freguesias do país galardoadas com a bandeira verde Eco-Freguesias XXI 2017, distinção atribuída pela Associação Bandeira Azul Europa (ABAE) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em cerimónia ocorrida no dia 24 de março, em Torres Vedras.

O programa Eco-Freguesias XXI visa trabalhar com as Freguesias a fim de contribuir para implementação da sustentabilidade ambiental, social e económica a nível local, reconhecendo e divulgando as melhores práticas associadas à cidadania participativa e à gestão sustentável do território.

Os avaliadores da candidatura atribuíram elevadas pontuações à autarquia nas áreas dos Espaços Públicos, Animação Sociocultural e Visão do Desenvolvimento do projeto, sobretudo pelos indicadores de eficácia no acompanhamento e monitorização da limpeza e higiene urbana na Freguesia, manutenção do mobiliário urbano, capacidade de iniciativa no âmbito sociocultural com diversas atividades promovidas para as populações e disponibilidade manifestada para o desenvolvimento de ações onde se salienta a visão e estímulo assente nos pressupostos do desafio apresentado pelo Eco-Freguesias XXI.

Refira-se que a candidatura apresentada pelo Executivo da Junta de Freguesia revelou ambição no envolvimento com as populações, instituições e comunidade educativa, particularmente com as Eco-Escolas existentes na Freguesia, sublinhando a participação da população jovem que desenvolve conteúdos programáticos nos estabelecimentos de ensino no domínio do bem-estar ambiental, promotores de novos hábitos e comportamentos na relação entre o cidadão e o ambiente.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017 delibera:

1. Saudar a Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, seus eleitos, trabalhadores e as populações, pelo reconhecimento e distinção nacional obtidos na área do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
2. Congratular a Junta e Assembleia das Freguesias do Laranjeiro e Feijó pelos objetivos da Agenda 21 Local a que se propõe atingir até 2019 como agente do desenvolvimento sustentável à escala local, envolvimento na implementação de programas e valorização da cidadania participativa.”

7.3.3 – O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã – Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada Cova de Piedade, Pragal e Cacilhas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Sobre a Metro Sul do Tejo em Meio Urbano

Na Área Metropolitana de Lisboa como em Almada que a integra, os problemas com os transportes, a mobilidade, a poluição do ar e do ruído, os elevados consumos energéticos, a invasão do espaço público como os passeios, são uma preocupação crescente dos cidadãos que vivem, trabalham e/ou estudam nesta importante região.



A autonomia e liberdade de movimentos dos cidadãos é comprometida com reflexos na qualidade de vida de todos.

Certo é que cada vez são maiores as exigências em termos de deslocação. A rede viária está congestionada, a ferroviária evoluiu, a taxa de motorização cresceu, mas o transporte público continua a não acompanhar as necessidades, causa do aumento da utilização do transporte individual provocando sucessivos engarrafamentos e perdas de tempo, com consequências nefastas em termos ambientais, económicos e sociais.

Por cada km percorrido em transporte individual, são emitidos em média 3,5 vezes mais gases de estufa do que no transporte público.

Acresce que o transporte público é fator de inclusão social pois é meio de utilização coletiva no acesso de toda a comunidade à educação, ao trabalho, aos serviços de saúde, às atividades de lazer, recreativas, culturais e desportivas.

Foi neste contexto de reflexão e da necessidade de proporcionar alterações aos hábitos de mobilidade urbana que foi pensado, projetado e construído numa parceria do Poder Central com o Poder Local, o Metro Sul do Tejo, para servir os Concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

Assumindo-se de que a maior atratividade do transporte coletivo teria obrigatoriamente de passar pela sua melhoria qualitativa – pela sua afirmação como opção confortável, segura e eficaz de frequência regular e ajustada às necessidades dos utentes, com tarifas socialmente justas e títulos de transporte práticos e flexíveis através de um passe intermodal integrado.

O Metro Sul do Tejo integrou-se assim como um transporte qualificado, comodo, rápido, silencioso e amigo do ambiente.

Metro Sul do Tejo como o transporte ideal para as deslocações quotidianas, constituindo-se à escala urbana também fator de valorização do espaço público, do ambiente urbano e da qualidade de vida das populações.

Mas e embora o Metro Sul do Tejo seja reconhecido pelos cidadãos como um transporte muito importante para a mobilidade urbana – um transporte qualificado, seguro, comodo e rápido – sendo até reivindicado a sua extensão a outras áreas do Concelho designadamente à Costa da Caparica, Trafaria e Charneca de Caparica, a verdade é que do ponto de vista ambiental e em particular pela trepidação e ruído da circulação das suas carruagens, são fonte de reclamação e protesto de cada vez mais cidadãos.

Com frequência chegam aos órgãos autárquicos as queixas e reclamações dos munícipes particularmente os residentes na av.^a 25 de Abril, freguesia de Cacilhas, nas av.^{as} Dom Afonso Henriques e Dom Nuno Álvares Pereira, freguesia de Almada, na Ramalha, freguesia do Pragal, na curva e entroncamento da av.^a Bento Gonçalves com a rua Conceição Sameiro Antunes e viaduto do Brejo, freguesia da Cova da Piedade e na av.^a 23 de Julho/Oásis, freguesia do Laranjeiro.

Refere a Administração da “Metro Transportes do Sul” empresa responsável, por concessão do Governo, da exploração, conservação e manutenção de toda a rede do Metro Sul do Tejo que o ruído e



a trepidação é devido ao perfil das rodas das composições afetados pelos “lisos” causados pelas frequentes frenagens e que provocam o ruído e trepidação conhecido por “rodas quadradas”.

Então reclamam os Cidadãos e os Órgãos Autárquicos que sejam rapidamente recuperados os perfis curvos das rodas para que sejam circulares e não passem de “quadrados” a “triangulares”, que a velocidade do Metro seja reduzida evitando assim frenagens/travagens agressivas.

A situação, pelas queixas e reclamações continuadas, é insuportável e exige mitigação efetiva.

Apenas referenciando algumas das reclamações ultimamente apresentadas, importa atender:

- As onze reclamações dirigidas à Administração da MTS – Metro Transportes do Sul, S.A., - das Administrações de Condomínios, em representação das muitas famílias residentes nos prédios nºs 9, 18, 20, 22, 28, 31, 32, 39, 41, 43 e 45 da av.ª 25 de Abril em Cacilhas referindo “... que nos últimos meses se tem vindo a agravar os ruídos e a trepidação, causadas pela passagem das vossas composições na av.ª 25 de Abril, em Cacilhas, para níveis insustentáveis para a qualidade de vida dos moradores, e até para a segurança e desgaste dos imóveis... em representação dos proprietários e dos moradores locais, conforme documentos que se anexam, exigem uma rápida resolução destes problemas”.
- Também outro grupo de residentes que se constituiu «Moradores Almada avenida 25 de Abril» referem:

“O Metro Sul do Tejo..., não tem respeitado os níveis de ruído... As zonas em questão mais afetadas são as avenidas: Bento Gonçalves, D. Nuno Álvares Pereira, D. Afonso Henriques e av.ª 25 de Abril em Cacilhas, bem como a zona da Ramalha e Laranjeiro onde inúmeros moradores se queixam que é um caos o ruído gerado...”. “As condições atuais atingiram níveis insustentáveis de habitabilidade e exigem medidas imediatas e urgentes de regulamentação de forma a obrigar estes serviços a reduzir ao máximo o permitido por lei no que refere à velocidade que circulam (sempre superiores a 30 km/h) e quanto à emissão de ruído e vibrações numa área urbana desta natureza”.
- Este mesmo grupo de residentes lançaram no ano passado uma Petição Pública Online dirigida a SE o Presidente da Assembleia da República intitulada “Redução Ruído Metro Almada” que continua a ser subscrita por cidadãos residentes, provando que a situação continua.
- Ainda na segunda reunião da Sessão Plenária da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de fevereiro p.p., mais um munícipe residente no centro da cidade se queixava do “ruído excessivo do Metro Sul do Tejo” e embora considerando “que o Metro Sul do Tejo é imprescindível a Almada” interrogava-se e interrogava os eleitos de que “é notório o ruído que o Metro tem vindo a fazer e creio que é falta de manutenção ou outra questão qualquer que muitos cidadãos se interrogam como é possível de manter por este tempo já prolongado”.

Foi também neste quadro de contestação ao ruído e trepidação da circulação das carruagens do Metro Sul do Tejo que a Assembleia Municipal de Almada em Sessão Plenária realizada no dia 25 de junho de 2015 se pronunciou por unanimidade perante o Governo, a Assembleia da República e entidades



públicas com responsabilidades na matéria em apreço e “Por um MST amigo dos Cidadãos e do Ambiente”, deliberando:

- 1 – Reclamar pela absoluta necessidade de atuação e medidas que reduzam o ruído provocado pelas carruagens do MST;
- 2 – Reclamar por ser determinante para a atratividade do transporte coletivo e em particular do MST a sua integração no passe intermodal sem custos adicionais para o utente;
- 3 – Pronunciar-se pela oportunidade de estudo da necessidade social e da viabilidade económica da extensão do MST à Costa da Caparica via Trafaria, nos termos do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Programa Polis da Costa da Caparica, acordado pelo Governo e o Município;
- 4 – Considerar no quadro do Projeto “Arco Ribeirinho Sul” e “Baia do Tejo” uma oportunidade de integrar o estudo da construção das fases 2 e 3 da expansão do MST ao Seixal e Barreiro/Lavradio e seu possível prolongamento à Moita.

Foi no enquadramento desta deliberação do Município que a Agência Portuguesa do Ambiente/Ministério do Ambiente informou sobre as ações de monitorização realizadas e de medidas de redução de ruído.

Considerando que a situação se mantém em termos de ruído e trepidação com origem na circulação das carruagens do Metro Sul do Tejo” perceptíveis a “ouvido nu”, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 10 de abril de 2017, no exercício da competência inscrita no artigo 25º, nº 2, alínea j), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro de “Tomar posição perante quaisquer Órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município”, delibera:

- Reclamar do Governo, junto do Ministério do Ambiente, os procedimentos e medidas que reduzam o ruído e a trepidação provocado pelas carruagens do Metro Sul do Tejo, assim como a redução da velocidade dos veículos.
- Considerar absolutamente necessário que os organismos do Estado com responsabilidade de fiscalização e determinação de medidas de mitigação dos impactos negativos da circulação do Metro Sul do Tejo, atuem de forma exemplar.
- Proclamar que o Metro Sul do Tejo em Almada é um meio de transporte de qualidade, seguro, comodo e rápido e com impacto na eficiência energética, mas necessitando com urgência que seja amigo dos Cidadãos residentes e ainda mais amigo do ambiente urbano.”

7.3.4 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Transferência de Competências para as Autarquias Locais

Na sequência da apresentação na Assembleia da República da Proposta de Lei do Governo sobre “Descentralização” para as autarquias, bem como dos Projetos de Lei de Grupos Parlamentares, o Parlamento decidiu que todos baixassem à Comissão Especializada, sem votação, para a discussão na especialidade por um período de noventa dias.



Importa, portanto, que a Assembleia Municipal de Almada contribua para esse debate, pronunciando-se sobre matérias tão relevantes para o exercício do Poder Local, da sua autonomia, centrando nos interesses das populações.

Consideramos que a descentralização de novas competências e atribuições, com uma clara e transparente delimitação de responsabilidades entre os vários níveis da administração, constitui condição para elevar a eficácia nas respostas e na capacidade de resolução de problemas em vários domínios, para além de poder contribuir para acabar, ou limitar, a indefinição de responsabilidades, alimentadas pelos sucessivos governos, na prática de desvalorização dos serviços públicos.

Qualquer descentralização não pode servir para o alijamento de responsabilidades do poder central, para reduzir, ou negar, direitos consagrados como as funções sociais do Estado.

Por isso, para a definição das atribuições e competências a transferir é condição a verificação de que as matérias respetivas não prejudiquem o carácter universal de políticas correspondentes a funções sociais do Estado, o que implica uma observação seletiva e restrita da delimitação de competências em áreas como a saúde, educação ou proteção social.

A descentralização de competências não pode ser considerada em abstrato. É necessário proceder ao exame das possibilidades e condições para a sua concretização.

Desde logo definir com rigor as atribuições e competências a transferir e a sua natureza, calcular os meios necessários à sua concretização e as suas implicações administrativas e jurídicas.

Com efeito, atribuições, poderes e competências, meios financeiros, humanos e materiais constituem uma unidade integrada e indissociável.

Temos presente que, ao longo dos anos, por exemplo, o não cumprimento da lei das finanças locais, criando verdadeira asfixia de recursos financeiros, e a proibição de contratação de trabalhadores, limitaram, e nalguns casos impediram a concretização de competências que lhe estão legalmente cometidas.

Outro elemento essencial é a inexistência do nível regional, com seus órgãos autárquicos sufragados pela população, como constitucionalmente consagrado, que não pode ser substituído pelo expediente de recurso às comunidades intermunicipais, em si mesmas política e juridicamente inaceitáveis.

Em suma, um processo de descentralização de competências exige a recuperação e a afirmação da autonomia do Poder Local; exige um quadro claro e sustentado de condições que enquadrem a transferência de competências; um regime de financiamento com os meios necessários, estabilidade de execução e previsível evolução e exige a reposição de condições organizacionais, materiais e humanas. Exige a criação das regiões administrativas.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que façam sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementariedade, como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.



Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis da administração central, regional e local.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na Sessão Ordinária de 10, 11 e 12 de abril delibera:

- 1 Afirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional do todo nacional.
- 2 Reiterar a exigência das regiões administrativas enquanto fator indissociável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
- 3 Que se devem manter no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.
- 4 Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matérias financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
- 5 Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

7.3.5 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao Dia Mundial do Teatro

Comemorou-se no passado dia 27 de Março o Dia Mundial do Teatro.

Considerando a importância que o Teatro e a representação têm na transmissão e expressão cultural de cada povo, é de salientar o papel que o mesmo tem para a sociedade nomeadamente as várias evoluções consagradas ao longo dos séculos desde os primórdios do homem, passando pelo Egipto e pela Grécia, chegando até aos dias de hoje nas mais diversas formas de manifestação artística da realidade: Drama, Tragédia, Melodrama, Comédia entre outras.

O Teatro e a arte da representação é inexistente sem o papel dos dramaturgos, dos encenadores, dos atores e dos artistas da representação sem esquecer o público, pois sem ele, o teatro não se completaria

Entre nós, Gil Vicente, considerado o pai do Teatro em Portugal com as conhecidas obras e sátiras como o Auto da Barca do Inferno ou a Farsa de Inês Pereira, são bem o exemplo da importância que o teatro tem na sociedade representada ela própria através da encenação.

Mais contemporâneo encontramos em Augustina Bessa-Luís, Francisco Nicholson, António Feio, ou o almadense Rodrigo Francisco, grandes nomes que não deixam ninguém indiferente quando se fala de Teatro e da arte da representação criadores de verdadeiras obras.

Também em Almada o Teatro teve desde sempre um papel fundamental na transmissão da cultura através da arte de representar desde os mais pequenos e desconhecidos grupos teatrais onde se inclui



o teatro das escolas e das associações recreativas até ao mais conhecido e de renome internacional como é o caso da Companhia de Teatro de Almada do Teatro Joaquim Benite, fundado por este último. A par de todos os artistas da arte da representação que em Almada contribuíram e contribuem para dignificar e promover o papel do Teatro no concelho, reconhece-se ao mesmo tempo, o papel do público almadense que ao longo de décadas encheu até aos dias de hoje os vários teatros do concelho, tornando o público de Almada um dos mais apetecíveis públicos procurados pelos artistas nacionais e mesmo internacionais, como se pode verificar todos os anos com o Festival de Teatro de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, na localidade da Trafaria, saúda o Dia Mundial do Teatro celebrado no passado dia 27 de março, estendendo a mesma saudação a todos os profissionais e artistas ligados ao Teatro e à arte da representação no concelho de Almada incluindo o público almadense.”

7.3.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio

A poucos dias da comemoração do 43º Aniversário do 25 de Abril, não podemos deixar de relembrar uma data memorável em que os corações e os pensamentos de milhões de portuguesas e de portugueses acreditaram que seria possível alterar o rumo das suas vidas e atingir direitos que jamais tinham sido alcançados.

Um longo período, de quase 50 anos, em que imperaram a miséria, o obscurantismo, a desigualdade, a prepotência, as prisões arbitrárias e o medo, foi derrotado pela coragem, determinação, inteligência e vigor dos militares do Movimento das Forças Armadas que contaram com o apoio incondicional de amplos sectores da população, que ao invés de ficarem em casa, saíram à rua para derrubar o regime fascista. Muitas e muitos foram também aquelas e aqueles que resistiram, das mais diversas formas, durante o longo período da história portuguesa do século XX. A todas e a todos devemos uma justa homenagem.

Na comemoração do 43º Aniversário do 25 de Abril, não podemos deixar de realçar as condições políticas diferentes que enfrentamos em 2017 pois existem alternativas democráticas para continuar a reverter o ciclo de austeridade de que fomos vítimas durante os últimos anos.

A degradação da situação social provocada pelos cortes nos salários, pensões e apoios sociais (RSI, CSI, abono de família, subsídio de doença, ação social escolar e outros apoios à infância), levada a efeito pelo anterior governo, assim como os ataques e roubos nos salários e subsídios, pensões congeladas e cortes nos subsídios de férias e de Natal, conduziu ao empobrecimento da maioria das famílias portuguesas.

O caminho da reversão e de reposição de salários e pensões foi iniciado e embora se reflita ainda de forma ténue, representa o respeito por vidas inteiras de trabalho. Este caminho tem que ser prosseguido, enfrentando a chantagem dos mercados financeiros e de todos os que dificultam e criam obstáculos, das mais diversas formas, à defesa da segurança social pública e à reposição de direitos,



liberdades e garantias e ao investimento decisivo na Educação e na Escola Pública. A situação de degradação de muitas escolas exige intervenções urgentes e ninguém poderá ficar indiferente às más condições existentes, inclusive com contentores a substituírem, há vários anos, salas de aulas.

Percebe-se, cada vez melhor, a vozeria e o nervosismo da direita. Existem condições democráticas em 2017 para continuar a inverter o longo período de ataques à democracia social, económica e cultural. A vontade de por fim à agressão aos mais pobres e à classe média tem que ter, obrigatoriamente, medidas concretas que alterem e revertam as decisões que penalizaram a maioria das portuguesas e portugueses.

Celebrar o 1º de Maio significa, também, criar condições para o combate ao desemprego e à precariedade, assim como para a reposição de salários, pensões e subsídios. O combate à precariedade, a vinculação dos trabalhadores precários no Estado, assim como a urgente necessidade de reverter a erosão dos princípios básicos da relação entre trabalhadores e entidades patronais, realizada nos últimos anos e expressas no atual Código do Trabalho são, entre outras reivindicações dos trabalhadores, um justo caminho para a continuação da luta.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 10 de abril de 2017, delibera:

- Saudar o 25 de Abril de 1974 e os direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição da República Portuguesa;
- Saudar o 1º de Maio em defesa do direito ao trabalho, da luta contra a precariedade e de condições de vida com dignidade;
- Saudar a continuação da luta das portuguesas e dos portugueses e exortar à participação popular nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, por um futuro com liberdade, paz, pão, habitação, saúde, educação e justiça.”

7.3.7 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao Centenário Nascimento de Alfredo Diniz

Em vésperas das comemorações da Data Libertadora do País e do Povo Português da opressão imposta pela ditadura durante 48 anos, importa não esquecer os mártires do fascismo.

Foram muitos os homens e mulheres, muitos os jovens, resistentes antifascistas, que de forma abnegada, e até com a própria vida, contribuíram decisivamente para que o 25 de Abril acontecesse e com ele a Liberdade, Democracia, Justiça Social e Económica.

Deles, lamentavelmente, pouco se fala e estuda. Lamentável porque só através do conhecimento da história da luta da classe operária, da resistência do povo, dos trabalhadores, dos intelectuais e estudantes, dos Movimentos de Unidade Democrática, se pode ter a noção da brutalidade que foi a repressão fascista sobre quem lutava contra a exploração, a fome e a miséria, o obscurantismo, o analfabetismo, a injustiça. Contra a guerra e pela Paz.+



Muitos foram os Almadenses, naturais ou trabalhadores nas empresas do nosso concelho, que resistiram e lutaram por Abril.

Hoje falamos de um jovem, Alfredo Diniz, nascido a 29 de março de 1917, que ficaria conhecido por “Alex”, pseudónimo usado na clandestinidade.

Na adolescência, Alfredo Diniz torna-se operário, ingressa nos Estaleiros Navais da Parry & Son como metalúrgico e, depois de terminar o curso noturno de desenhador, passou a desempenhar funções de traçador naval nos Estaleiros.

Na mesma época, ingressou nas Juventudes Comunistas, no Socorro Vermelho Internacional e passou alguns meses no Partido Comunista Português.

A sua adesão ao PCP aconteceu quando os horizontes eram bastante negros para o povo português e para os comunistas. É nestas condições que forja a consciência da necessidade de lutar pela liberdade contra a opressão e a exploração.

Em 1938, com 21 anos, este jovem comunista é preso e condenado a 18 meses de prisão, portando-se valorosamente frente aos esbirros do fascismo, recusando prestar quaisquer declarações e defendendo o seu partido.

Cumpriu uma pena de 18 meses nas cadeias de Caxias e Peniche.

Em 1940-41 integra e participa ativamente na reorganização do PCP.

Em 1941-42 é responsável pela célula do Estaleiros Navais da Parry e do comité local de Almada do PCP sendo, em outubro- novembro, um dos impulsionadores das grandes greves na região de Lisboa.

Igualmente assume grande papel nas greves de julho – agosto de 1943 na região de Lisboa e margem sul do Tejo em que participam mais de 50 mil trabalhadores, após o que passa à clandestinidade; nesse ano é eleito para o Comité Central no III Congresso (primeiro ilegal) do Partido Comunista Português.

As greves de 1944 contaram igualmente com o entusiasmo, a entrega e capacidade de trabalho do jovem dirigente do Partido. Foi graças à proximidade e capacidade de interpretação dos sentimentos dos trabalhadores por parte de “Alex”, que as greves convocadas para 8 e 9 tiveram uma forte adesão por parte dos trabalhadores.

“Alex” foi vilmente assassinado por uma brigada da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) a 4 de julho de 1945, numa estrada em Bucelas, quando se dirigia de bicicleta para um encontro clandestino.

“Alex” foi assassinado quando os democratas, o povo português e os povos do mundo comemoravam a derrota do nazi-fascismo.

Tinha, apenas, 28 anos de idade!

Lembrar Alfredo Diniz “Alex” é lembrar o que significou o fascismo para os trabalhadores e o povo.

Estiveram bem os membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada ao atribuir o seu nome à praça de Cacilhas, local onde existia a empresa onde trabalhou, os Estaleiros Navais da Parry & Son.



A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 10 11 e 12 de abril de 2017 assinala, reconhecida, o centenário do nascimento deste abnegado e firme antifascista e militante comunista que dedicou o melhor da sua vida e a própria vida à luta contra o fascismo, pela Liberdade, pela Democracia Política, Social, Económica e Cultural.”

7.3.8 – O Sr. Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Participação e Proximidade

A criação e consolidação das condições materiais e objetivas que asseguram uma ativa e efetiva participação dos cidadãos na vida e no processo de construção e tomada de decisão que vem sendo prosseguida pela gestão municipal em Almada, traduz uma clara opção política pelo reforço dos mecanismos que concorrem para o aprofundamento e consolidação da democracia participativa.

Promovendo uma crescente proximidade à intervenção e às decisões tomadas em sede dos órgãos que a nível local representam os Almadenses, esta realidade confere sentido e expressão concreta ao comando do Artigo 2º da Constituição da República Portuguesa, que determina que *“a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”*. Sublinhamos, precisamente, a parte final deste artigo.

Falamos de uma aposta na participação e proximidade aos cidadãos que integra as opções políticas sufragadas pela maioria dos Almadenses, que tem sido sucessivamente vertida para as Opções do Plano respeitantes a cada um dos exercícios do atual mandato autárquico, e que conhece expressão concreta e objetiva num significativo conjunto de ações e atividades desenvolvidas no quotidiano da vida municipal.

As Opções do Plano que aqui aprovámos em novembro passado, e que sucessivamente aprovámos também nos anos anteriores, integram um Eixo Estratégico e diferentes Linhas de Orientação que concretizam expressamente esta orientação política.

Naquelas Opções do Plano, são desta realidade exemplo, referenciando apenas os exemplos mais eloquentes:

- O Eixo 6 – Administração do Poder Local: Informação e Participação; Transparência e Eficiência;
- A Linha de Orientação 6.1 – Promover a criação de Comissões de Desenvolvimento Local no território de cada uma das onze Freguesias do Concelho;
- A Linha de Orientação 6.3 – Prosseguir e aprofundar a política municipal no âmbito da construção da sociedade do conhecimento e da participação dos cidadãos na vida local, mantendo um plano de comunicação centrado nos cidadãos e nas suas necessidades;



- A Linha de Orientação 7.3 – Garantir um elevado padrão de serviço público, com respeito pelos direitos dos cidadãos com transparência, isenção e celeridade nos procedimentos, assegurando uma gestão de proximidade, moderna e eficiente;
- A Linha de Orientação 7.7 – Assegurar o direito dos cidadãos à informação administrativa, apostando na informação por via eletrónica e mantendo os meios de comunicação impressos.

Este conjunto de orientações genéricas de natureza política geral, conhecem na atividade quotidiana do Município uma tradução concreta bem expressiva e significativa pela concretização de dezenas de iniciativas e atividades, que convocam e mobilizam os Almadenses para processos concretos e ativos de participação nos assuntos que mais diretamente lhes dizem respeito, e pela disponibilização de ferramentas de participação ativa aos cidadãos, destacando-se o crescente recurso aos novos canais que as tecnologias de comunicação eletrónica colocam ao nosso dispor.

Ao longo do atual mandato autárquico, podemos sem dificuldade identificar muitos espaços de participação cidadã organizados e promovidos no quadro e a partir da aplicação destas opções políticas gerais.

Entendemos, por isso, aqui destacar os exemplos mais expressivos desta forma de estar aberta, participativa e plural.

O Congresso Almada, nas suas duas edições concretizadas até à data – a primeira em 2015 dedicada à discussão das questões mais significativas da gestão e administração do território, e a segunda em 2016, centrada precisamente na discussão das questões que se prendem com a promoção da participação e proximidade dos cidadãos –, constituiu exemplo significativo da forte expressão que hoje assume a participação cidadã no nosso Concelho.

Referimos ainda outros espaços de debate, diálogo e construção comum do caminho de desenvolvimento que ambicionamos.

Os diferentes fóruns temáticos, com destaque para o Fórum Municipal da Juventude, o Fórum Municipal da Educação, os recentemente lançados Fórum Municipal da Cultura e Fórum Municipal do Desporto, são espaços com estrutura e constituição formal, organizados, que a par de outras iniciativas menos formais e menos estruturadas, como o recente Fórum sobre a Mobilidade realizado em Almada é importante exemplo, mobilizam para a participação ativa nas diferentes áreas de intervenção municipal, muitas centenas de instituições e cidadãos individualmente considerados.

Mas referimos igualmente neste quadro de participação alargada e aberta, os múltiplos processos de discussão pública que vão muito além daquilo que a própria lei obriga, em matérias que dizem respeito à vida quotidiana dos Almadenses.

Para recordar apenas alguns exemplos mais recentes, sublinhamos aqui as iniciativas municipais de promoção de uma discussão pública alargada em torno de processos como as intervenções de renovação das redes de águas para consumo humano e residuais em curso no Concelho, em especial na Cidade de Almada, ou o debate travado em torno da intervenção de reperfilamento da Rua Luís de Queirós ou do futuro tratamento urbanístico da Rua de Olivença, ambas localizadas bem no centro da



Cidade de Almada, os debates em torno dos processos de recuperação de áreas urbanas de génese ilegal e de outros processos urbanísticos, a discussão em torno do novo Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, entre muitas outras situações concretas.

Mas referimos também a adoção pela Câmara Municipal, e respetiva inclusão nas Opções do Plano para 2017, de uma decisão tomada nesta Assembleia Municipal que se prende com o reforço da participação dos mais jovens na vida concreta do seu Município. Referimos, como todos perceberão, ao Orçamento Participativo Jovem, cujo regulamento e contornos concretos têm sido objeto de discussão pelos próprios jovens em sede do Fórum Municipal da Juventude.

Resultado de uma sugestão apresentada e adotada pelo 2º Congresso Almada, o início do corrente ano de 2017 ficou também marcado pela introdução, pela primeira vez no nosso Concelho, da realização de Reuniões da Câmara Municipal descentralizadas nas Freguesias do Concelho, antecedidas de um contacto que se tem caracterizado por procurar ser o mais amplo possível por parte dos eleitos na Câmara Municipal com a realidade local das diferentes Freguesias, envolvendo ativamente os executivos das Juntas de Freguesia tanto na preparação das reuniões como no seu acompanhamento, aproximando assim o exercício da gestão municipal das populações nas suas próprias áreas de residência ou trabalho e criando um novo espaço e oportunidade de participação objetivo e concreto.

Finalmente, importa ainda sublinhar o recente lançamento e disponibilização de uma ferramenta informática na forma de aplicação para os telemóveis de cada um de nós, a aplicação móvel “Almada + perto”, que proporciona uma forma simples, rápida e eficiente de cada um dos Almadenses poder participar de forma mais ativa na vida do seu Município, permitindo a circulação de uma informação mais célere sobre algum especto da gestão do espaço público que não se encontre nas condições de manutenção e conservação adequadas e desejáveis, assim estimulando a uma maior eficiência e eficácia a intervenção dos serviços responsáveis da Câmara Municipal.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida na Trafaria em 10, 11 e 12 de abril de 2017, delibera:

1. Saudar vivamente o esforço de promoção da participação cidadã e da proximidade da gestão municipal à vida e aos anseios concretos dos Almadenses, prosseguida pela Câmara Municipal de Almada na sua intervenção quotidiana.
2. Reiterar o interesse e a necessidade em prosseguir e aprofundar os mecanismos e as oportunidades de participação ativa na vida municipal a todos os Almadenses, alargando os meios e os momentos em que são oferecidas possibilidades objetivas e concretas à expressão da opinião e ao contributo de todos e de cada um em todos os assuntos que diretamente dizem respeito à sua vida e ao seu bem-estar.
3. Saudar em particular os diferentes espaços de debate e participação já formalmente instituídos no nosso Concelho, exortando todos os Almadenses a neles participar e através deles contribuir de forma positiva para a construção de um Concelho melhor, mais fraterno e mais solidário que todos ambicionamos.”



7.3.9 – O Sr. Deputado Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação à Quinzena da Juventude 2017

A Quinzena da Juventude, iniciativa realizada pela Câmara Municipal de Almada, caracteriza-se como uma iniciativa municipal que promove a divulgação e a mostra pública de projetos dirigidos à juventude, concebidos e organizados essencialmente pela comunidade juvenil, a qual assume um importante papel nas dinâmicas socioculturais do Concelho. Esta iniciativa que potencia a participação ativa e a partilha de experiências entre os jovens, pretende ainda assinalar o Dia Nacional do Estudante e o Dia Mundial da Juventude, duas datas marcantes para a história do nosso país e do Mundo.

Em 2017, a Quinzena da Juventude decorreu entre 10 de março e 12 de abril e teve um programa que, pretendendo ir de encontro às preferências e interesses juvenis, fomentou uma maior proximidade entre o Município e a comunidade jovem do Concelho. Neste âmbito o programa apresentado, com atividades que motivam a participação juvenil, conciliou a relevância que as associações e jovens do Concelho têm na dinâmica cultural, social e desportiva do Concelho.

Sendo a Quinzena da Juventude um espaço de experimentação e de mostra do trabalho desenvolvido pela comunidade juvenil, é de destacar da programação, o “Open Day nas Casas Municipais da Juventude”, que permitiu o conhecimento destes equipamentos municipais e proporcionou a todos os interessados, a possibilidade de apresentação de propostas para realização de atividades nas Casas Municipais da Juventude. Foi ainda lançado simultaneamente na Quinzena da Juventude, o programa Almada Juventude, podendo os jovens encontrar durante todo o ano vários momentos de apresentação de projetos, que vai além da calendarização delimitada no tempo que existe com a Quinzena da Juventude.

Com o aumento da capacidade realizadora do movimento associativo e da comunidade educativa, e inerente visibilidade das suas ações, a “Quinzena da Juventude 2017” impôs-se como um momento fundamental de mostra, partilha e reforço do movimento juvenil local e de valorização do papel social dos jovens. Desta forma é fundamental o apoio municipal ao desenvolvimento de projetos socioculturais dinamizados pelo movimento associativo e comunidade educativa nas áreas da música, teatro, dança, artes plásticas, entre outras, refletindo o reconhecimento do papel essencial que têm no concelho de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, na Trafaria, delibera:

1. Saudar e apoiar vivamente a iniciativa da Câmara Municipal de Almada de levar a cabo a Quinzena da Juventude.
2. Reconhecer o trabalho das 14 associações, 4 grupos informais de jovens e 7 jovens em nome individual, pelo empenho e dedicação colocados na concretização da Quinzena da Juventude.
3. Manifestar o agradecimento a toda a equipa técnica que organizou esta mostra pública de projetos dirigidos à juventude, assinalando o Dia Nacional do Estudante e o Dia Mundial da Juventude.”



7.3.10 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contra o Encerramento de Agências da CGD

As recentes notícias que dão nota da decisão da Administração da Caixa Geral de Depósitos de encerrar três agências bancárias no concelho de Almada, nomeadamente na Sobreda, Cacilhas e Amada Fórum, devem merecer o repúdio não só dos seus clientes, mas de todos os que querem a CGD ao serviço das populações.

A intensa operação movida durante o governo do PSD e CDS contra a CGD continua com o objetivo de a enfraquecer e descredibilizar visando a sua privatização. A CGD tem de continuar sob o controlo público do estado e ter uma administração que reforce a sua presença em todo o território nacional. A CGD é um sector estratégico e tem de estar ao serviço das Populações e do País.

A necessária e urgente recapitalização da Caixa Geral de Depósitos não pode servir de pretexto para aplicar “restruturações” que promovam o encerramento de agências, despedimento e deslocalização de trabalhadores, enfraquecendo o seu papel de banco público, para dessa forma defender os interesses da banca privada.

Num momento em que o país assiste a uma intensa operação contra a CGD, a ameaça de encerramentos não pode ser desligada das erradas decisões adotadas pelo governo do PS em torno da CGD e que contrariam uma Caixa ao serviço do Povo e da economia Local.

Vejamos o caso da agência da Sobreda: há 18 anos a única agência bancária na freguesia, fruto da luta da população e junta de freguesias, com elevado número de clientes e agência com maior número de movimentos do concelho. Núcleo de uma centralidade geográfica á volta do qual se instalou um núcleo importante da economia local. Que justificação terão para esta medida absurda? A quem servirá o fecho da agência da Sobreda?

No caso de Cacilhas, o encerramento da agência da CGD irá prejudicar o serviço público de proximidade prestado à população da freguesia, aos comerciantes, aos visitantes e também aos utentes do terminal de transportes em Cacilhas.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida na Trafaria em 10, 11 e 12 de abril de 2017, delibera:

1. Manifestar o seu total empenho na luta contra o encerramento das agências bancárias da CGD e contra os despedimentos que estas medidas implicam.
2. Saudar as populações e as suas ações de luta contra o encerramento das agências.
3. Solicitar à Administração da Caixa Geral de Depósitos, á tutela governamental e ao Deputados da Assembleia da Republica, a intervenção para impedir este encerramento.”

7.3.11 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contra o Encerramento de Agências da CGD no Concelho de Almada



A Caixa Geral de Depósitos é um banco público em processo de recapitalização com fundos públicos, em virtude de ter tido resultados negativos nos últimos anos.

Esse processo de recapitalização foi aceite pelas instituições europeias como não representando uma ajuda de Estado pois está associado a um plano de negócios para tornar o banco viável no futuro.

É do conhecimento público que esse plano de negócios envolve quer uma diminuição do número de agências quer de trabalhadores através de aposentações ou rescisões voluntárias.

Se é do interesse público que a CGD seja um banco rentável, pelos impostos e dividendos que pagará ao Estado, também é do interesse público que dê um efetivo apoio à economia nacional pelo crédito concedido às empresas e aos cidadãos e que contribua para a coesão social e territorial do país.

Certo é, considerando a sua identidade como banco público, que tem de haver exatamente a noção do que constitui o serviço público às populações, acautelando que agências não lucrativas não encerrem se houver razões de ordem social e territorial que o justifiquem.

No âmbito do plano de viabilização em implementação, a gestão da CGD pretende encerrar no Concelho de Almada três agências, das seis que planeia encerrar no distrito de Setúbal.

O impacto projetado no concelho de Almada é desproporcionado e inaceitável, não se entendendo quais os critérios que levaram à escolha das agências da Sobreda de Caparica, de Cacilhas e do Fórum Almada.

Neste contexto a Assembleia Municipal de Almada reunida a 10 de abril de 2017, ciente que interpreta e defende os superiores interesses das populações, delibera:

1. Afirmar o superior interesse público de que se reveste a garantia do acesso das populações aos serviços bancários;
2. Repudiar a intenção do Conselho de Administração da CGD de encerrar três agências da CGD em Almada;
3. Exigir a reponderação da decisão tomada, diferenciando positivamente as agências que prestam serviço público aos territórios em que predominam populações idosas e desfavorecidas.”

7.3.12 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Unidades de Saúde Familiar da Charneca de Caparica

Durante anos os moradores da Charneca de Caparica viram ser-lhes negados direitos fundamentais em matéria de acesso à saúde.

O serviço prestado pelo Centro de Saúde foi-se degradando ao longo do tempo e chegou-se a uma situação em que mais de 10 mil utentes da freguesia não têm acesso a um médico de família.

Esta situação foi fruto de uma política de desinvestimento na saúde que foi seguida pelos governos do PSD e do CDS/PP, em prejuízo do conjunto da população e particularmente dos setores mais vulneráveis.

Em múltiplas ocasiões a população da Charneca de Caparica e os órgãos autárquicos da freguesia e do município fizeram ouvir a sua voz, protestando contra o abandono a que foi votada pelo poder central.



Finalmente a orientação seguida pelo Ministério da Saúde alterou-se e vão-se perspectivando e concretizando iniciativas que valorizam o serviço público de saúde, de qualidade e para todos.

Estamos-nos a referir ao Hospital Garcia de Orta, ao Hospital do Seixal e, particularmente, à transformação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Charneca de Caparica em duas Unidades de Saúde Familiar (USF), dotadas de meios materiais e humanos adequados para servir todos os utentes da Charneca de Caparica e permitir-lhes o acesso a um médico de família.

Neste momento já está a funcionar uma Unidade de Saúde Familiar e prevê-se para muito em breve a entrada em funcionamento da segunda, pondo fim aos incómodos que, infelizmente, ainda afetam os moradores da Charneca de Caparica.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 10 de abril de 2017 delibera:

1. Afirmar o direito inalienável das populações ao serviço público de saúde;
2. Congratular-se com a transformação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Charneca de Caparica em duas Unidades de Saúde Familiar (USF), de forma a garantir o acesso a médico de família a todos os moradores da Charneca de Caparica.”

7.3.13 – O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.13.1 - Moção/Deliberação Sim ao Terminal de Contentores no Barreiro. Não a Terminal de Contentores na Trafaria

Na apresentação pública da estratégia nacional para os portos que a Ministra do Mar realizou no final do ano passado, foi formalmente reiterada a intenção do Governo em concretizar a instalação de um terminal de contentores no Barreiro.

Incluído num “pacote” de investimentos a realizar na melhoria da capacidade do porto de Lisboa, a Ministra do Mar anunciou que está prevista a aplicação de 776 milhões de euros na construção do novo terminal de contentores do Barreiro, para além das intervenções na navegabilidade do Estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo, na segunda fase da construção do novo terminal de cruzeiros e no aumento da eficiência do terminal de Alcântara, em Lisboa.

Ainda segundo a Ministra do Mar, o propósito do Governo para os portos nacionais passa pelo aumento da competitividade portuária nacional, visando reforçar significativamente o movimento de contentores nos portos comerciais do continente, diminuindo em contrapartida o tráfego rodoviário de ligação aos portos e aumentando o tráfego fluvial de mercadorias.

Em termos regionais para a área geográfica em que o Concelho de Almada se inscreve, as intervenções anunciadas no Estuário do Tejo constituem boas notícias. Importa neste particular, sublinhar a expressa referência ao futuro terminal de contentores no Barreiro, uma localização suscetível de se constituir como polo efetivo de desenvolvimento do conjunto da área metropolitana, mas sobretudo da margem esquerda do rio Tejo, facto que tem sido, aliás, reiteradamente afirmado pelos órgãos autárquicos do Concelho do Barreiro, mas igualmente de outros municípios do arco ribeirinho incluindo a nossa Assembleia Municipal de Almada.



Ao mesmo tempo, a opção anunciada pela Ministra do Mar correspondendo à estratégia do Governo em matéria de fortalecimento da capacidade portuária nacional, corresponde igualmente à verificação da razão que assiste às populações da Vila da Trafaria, aos órgãos da Freguesia e aos órgãos do Município de Almada, que rejeitaram desde sempre a possibilidade, antes equacionada, de instalação de um terminal de contentores aqui na Trafaria.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, delibera:

1. Reafirmar a importância do desenvolvimento de uma política de reforço da capacidade portuária a nível nacional, mas particularmente no que à região da Área Metropolitana de Lisboa diz respeito, aproveitando as extraordinárias condições e recursos disponíveis, e enquanto fator decisivo para o desenvolvimento económico e social do nosso País.
2. Reafirmar a adequação das condições oferecidas pela Cidade do Barreiro para a instalação de um terminal de carga marítima na margem esquerda do rio Tejo, enquanto contributo para o reforço dessa capacidade no Porto de Lisboa.
3. Reiterar a rejeição pela possibilidade de instalação de um terminal de contentores na Vila da Trafaria, contrário aos interesses das populações e às linhas estratégicas de desenvolvimento definidas e aprovadas para esta Freguesia do Concelho de Almada.”

7.3.13.2 – “Moção/Deliberação sobre Centenário do Nascimento de Romeu Correia

Celebrando o 100º Aniversário do nascimento de Romeu Correia, um dos insígnis Cidadãos de Almada que deixam, pela sua vida e pela sua obra, marca indelével no desenvolvimento e no progresso do Concelho, a Câmara Municipal de Almada apresenta, desde 8 de Abril e até 31 de Dezembro no Museu da Cidade, uma exposição celebrando e divulgando a todos os Almadenses, e a todos os que queiram conhecer melhor a sua vida e obra, conviver com aspetos e artefactos do quotidiano que passaram e marcaram a sua vida, avivando no presente a memória do multifacetado Escritor e Cidadão Romeu Correia.

Sobretudo como escritor e dramaturgo autodidata, autor de importantes textos para teatro, mas também versátil escritor em múltiplos outros géneros literários, desportista, associativista e resistente à ditadura fascista, Romeu Correia constitui uma das referências culturais e cívicas mais significativas de Almada, do século XX português, e particularmente da corrente de pensamento neorrealista.

A qualidade e importância do seu trabalho artístico foi publicamente distinguida com vários prémios, destacando-se o Prémio da Crítica (1962), o Prémio da Casa da Imprensa – Óscares da Imprensa (1962), o Prémio Ricardo Malheiros pela Academia das Ciências de Lisboa (1976), pelo livro de contos “Um Passo em Frente”, e o Prémio de Teatro 25 de Abril da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro (1984). Expressando o seu profundo apego à Liberdade, Romeu Correia recusou em 1972, revelando enorme coragem, receber o Prémio Alfredo Cortês atribuído pelo Secretariado Nacional de Informação fascista (SNI). Como desportista, Romeu Correia foi atleta de competição e campeão em diversas modalidades do atletismo, e campeão de boxe amador.



A toponímia e a vida cultural e educativa do nosso Concelho, registam perene nos topónimos de uma Escola Secundária, de um centro de difusão e produção cultural de excelência como é o Fórum Municipal Romeu Correia, e numa artéria da Cidade de Almada, a dimensão deste vulto da cultura, do saber, do conhecimento e de uma visão humanista e progressista do que há de ser o futuro de todos os homens e de todas as mulheres. Esta exposição, no centenário do seu nascimento, reafirma e reforça o significado coletivo que, nesse sentido do progresso e do desenvolvimento coletivos, a sua vida e a sua obra assumem para todos os Almadenses.

Esta exposição encerra ainda novo e acrescido motivo de interesse. O seu desenho, a sua conceção cenográfica, tem a assinatura do Arquiteto, Cenógrafo e Pintor José Manuel Castanheira, um especialista de reconhecido mérito na arte da cenografia e profundo conhecedor de Almada – iniciou a sua carreira no Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria – e da obra de Romeu Correia. O trabalho que desenvolveu para esta exposição empresta um sabor, uma dinâmica e uma vivacidade fora do comum, fator acrescido de qualidade desta exposição.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2017, na Trafaria, delibera:

1. Saudar e apoiar vivamente a iniciativa da Câmara Municipal de Almada de levar a cabo a Celebração do 100º Aniversário do nascimento de Romeu Correia.
2. Apresentar ao Romeu Correia, o agradecimento coletivo dos Almadenses pela extraordinária obra e pelos exemplos de vida que nos legou e que constituem orientação e guias para a nossa intervenção quotidiana.
3. Reconhecer o trabalho de toda a equipa técnica que preparou, montou e nos oferece esta mostra comemorativa do centenário do nascimento de um ilustre e insigne Almadense, o agradecimento pelo empenho e dedicação colocados na sua concretização.”

7.3.14 – A Sr.ª Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação 22 de março – Dia Mundial da Água e Almada Terra de Cumprimento de Direitos Humanos

Neste ano, de 2017, a ONU – Organização das Nações Unidas - apela ao investimento no saneamento básico e reutilização das águas residuais tratadas, quando se espera que o consumo de água aumente 50% nos próximos 15 anos!

Em 2010, esta Organização Internacional reconheceu como direitos humanos fundamentais o acesso à água e ao saneamento. Contudo, passados estes anos, somente 88% da população mundial tem acesso a água e ainda só 64% a saneamento.

Revelou também, agora a ONU nestas comemorações, que por dia são produzidos 960 milhões m³ de águas residuais; mas que a capacidade instalada de tratamento de todo este volume é só de 32 milhões! É uma razão de, somente, 3% de saneamento mundial tratado por dia!



Em Almada, os números e as proporções reais são muito diferentes, justa e ambientalmente equilibradas: captamos por dia quase 42 mil m³ de água nos nossos 33 furos.

Os volumes diários que entram nas 4 ETAR's são quase 40 mil m³ de águas residuais, para tratar.

E, de facto, o que é devolvido e entregue ao meio recetor – Estuário ou Sapal - é aproximadamente este mesmo volume de água, por dia: 17 000m³ da ETAR da Mutela (Cova da Piedade); 8 000m³ da ETAR do Portinho da Costa (Caparica); 14 000m³ ETAR da Quinta da Bomba (Corroios/Seixal) e 757m³ ETAR do Valdeão (Hospital/Pragal).

Em Almada, existe investimento nas infraestruturas do abastecimento e do saneamento há já várias décadas.

Desde meados dos anos 70, do século passado, e com a força da Revolução de Abril, tomaram a si, Comissões de Moradores e, posteriormente, o Poder Local Democrático, as construções de redes de abastecimento e também de saneamento básicos.

Existem 879 Km de rede de abastecimento; 598 Km de rede de saneamento e 433 Km de condutas de gestão e drenagem de águas pluviais.

É gerido integralmente o ciclo urbano da Água!

É realizado tratamento do saneamento desde há mais de 23 anos (1994) e a primeira ETAR do distrito de Setúbal foi construída em Almada.

A ETAR da Quinta da Bomba é uma obra e fábrica de laboração intermunicipal que trata as águas residuais de quatro das mais povoadas freguesias do nosso concelho (parte do Laranjeiro, parte do Feijó, parte da Sobreda e parte da Charneca da Caparica) e de duas maiores do Seixal.

Mas esta obra, ainda que relevante, é apenas uma parte de um sistema de 4 ETAR's existentes em Almada e que representaram um elevado esforço financeiro por parte do Município/SMAS (na ordem dos 30 milhões de euros), para o qual apenas houve comparticipação comunitária de cerca de 25%; mas que permitem, hoje, a Almada ter o tratamento de todas as águas residuais produzidas nos seus 71 Km² de território.

É, deveras, de relevar esta infraestrutura que, ainda, há poucos meses foi reconhecida por parte do Governo, com a presença do Senhor Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado do Ambiente, como sendo obra de engenharia de ponta, inovadora, de cogeração – o que significa que irá operar no sentido da eficiência energética, de produção própria de eletricidade a partir do biogás, acumulado pelas lamas desidratadas.

Todo este património e obra edificadas e operacionais são tão mais relevantes quanto o compromisso e o projeto políticos locais de bem-estar, qualidade de vida, vida com qualidade, sustentabilidade ambiental e eficácia e eficiência na gestão dos recursos – humanos, materiais e energéticos.

Assim,

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, de 10 a 12 de abril de 2017, na Trafaria, Sociedade Recreativa Musical Trafariense, delibera:



- 1) Sublinhar a importância dos 66 anos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, com trabalho e cumprimento de Serviço Público de proximidade e excelência;
- 2) Saudar os SMAS de Almada, igualmente, pelo cumprimento do direito constitucional e humano, fundamentais, de defesa e acesso à Água – abastecimento - e ao Saneamento – tratamento das águas residuais;
- 3) Manifestar apoio às iniciativas realizadas pela Câmara Municipal e pelos SMAS de ALMADA de divulgação do Dia Mundial da Água e de trabalho com as comunidades locais – como as ações realizadas no Bairro das Terras da Costa e, também, no 2º Torrão, aqui na Freguesia da Trafaria e
- 4) Valorizar a ação e continuidade deste trabalho e Serviço Públicos Municipais, de proximidade e envolvimento das comunidades e populações locais na defesa, valorização e cumprimento dos direitos humanos fundamentais e constitucionais de água e saneamento, sem cortes de abastecimento e interrupções por falta de pagamento e acompanhando, agora e sempre as situações de famílias numerosas e/ou carenciadas.”

7.4 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias do PSD requereu a suspensão dos trabalhos.

7.5 - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais: António Pedro Maco, Nuno Matias, José Joaquim Leitão, Joana Mortágua, Luísa Ramos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.5.1 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Primeiro que tudo Sr. Presidente, o CDS-PP irá solicitar a votação diferenciada relativamente à Moção do Bloco de Esquerda. Portanto separar o corpo da Moção com a parte deliberativa.

Começando aqui pelos documentos em apreço, gostaria de começar identificando aqui uma mentira. Quando a Moção da CDU apresenta “Contra o encerramento das Agências da CGD” e diz: “o CDS quer a privatização da CGD”, é pura mentira e não é por essa mentira ser dita muitas vezes, ou constantemente que ela passará a ser verdade. Portanto vou aqui novamente frisar, o CDS-PP não foi, não é, nem será a favor da privatização da CGD.

Relativamente à questão do corpo da Moção, o CDS-PP como é óbvio irá votar, será acompanhar, tal como irá acompanhar também o documento contra o encerramento da CGD, destes três balcões do Concelho de Almada, irá também acompanhar positivamente estes mesmos documentos. Contudo, lembrando Sr. Presidente que estas forças políticas estão no Governo e portanto têm um papel preponderante relativamente a estes encerramentos e muito a dizer sobre o encerramento destes balcões, também aqui no Concelho de Almada.

Depois as questões que têm a ver com a situação da reabilitação do parque escolar do Concelho, as duas Moções apresentadas pela CDU e as conclusões da obra da Escola Secundária do Monte de Caparica. Saudar as questões que tenham a ver com a reabilitação do parque escolar e também as preocupações mantidas por parte da CDU no que diz respeito à conclusão das obras na Escola



Secundária do Monte de Caparica, também aqui salvar que a CDU, o PCP apoia o Governo e portanto tem também aqui um papel importantíssimo na continuidade e na finalização destas mesmas obras.

Gostaria ainda também de chamar atenção Sr. Presidente, e foi feita uma intervenção no Pavilhão que é Municipal da Escola da Costa da Caparica, mas Sr. Presidente o telhado que tem à partida ainda amianto, ainda estará por resolver, e gostaria também de aproveitar esta mesma Assembleia, questionar o Sr. Presidente da Câmara para quando estão previstas essa remoção das placas de fibrocimento do Pavilhão da Escola Preparatória da Costa da Caparica.

Relativamente às questões que têm a ver com o Metro Sul do Tejo, a Moção apresentada pela CDU, o CDS-PP irá acompanhar.

A Participação e Proximidade, de todo, não vamos acompanhar esta mesma Moção.

E a questão que tem a ver com o Centenário de Alfredo Diniz, passo então a dar a seguinte indicação. Isto não é uma questão do corpo da Moção, não tem a ver com o conteúdo que é explanado nesta mesma Moção, não temos nada a opinar, cada um entende aquilo que entende, cada um acredita naquilo que acredita, mas isto é apenas uma questão de igualdade. Ou seja, o CDS-PP recorda que já apresentou nesta mesma Assembleia Municipal duas Moções, uma delas para que fosse atribuído o nome do Jardim do Castelo de Almada a Dom Sancho I, fundador da Cidade, inclusivamente com a implementação de um busto nesse mesmo jardim. O CDS-PP recorda ainda também que nesta mesma Assembleia foi pedida, apresentada uma homenagem nesta mesma e penso que terá sido aqui também na Freguesia da Trafaria uma homenagem à Sr.^a Dona Maria Adelaide de Bragança, e eu lembro-me muito bem nessa altura o que a CDU disse. Portanto Sr. Presidente, não pode haver aqui dois pesos e duas medidas. O CDS-PP mais uma vez afirma, não tem nada a ver com as questões que estão explanadas neste documento, mas há que haver igualdade. E portanto o CDS-PP vai votar contra.

No que diz respeito às questões da Quinzena da Juventude, o CDS-PP irá votar a favor. E o Terminal de Contentores, o CDS-PP vota também favoravelmente, com uma ressalva. Não quis o terminal de contentores nesta mesma localidade, foi aproveitado pelos seus congéneres no Barreiro e portanto mais uma vez o Barreiro a ter os contentores naquela cidade, vai ter reabilitação, vai ter desenvolvimento, coisa que não querendo aqui os contentores o mesmo, pelos vistos, não está previsto. E tanto é que não é só o CDS-PP que veio dizer. Se estiveram aqui Municípios que assim o confirmaram. Portanto Sr. Presidente, vamos votar favoravelmente esta mesma Moção, mas não esquecendo a desertificação que tem esta localidade da Trafaria, aliás basta sairmos aqui, vamos ali ao pé do Rio vemos restaurantes fechados, vemos a degradação que tem sido feita ou que tem sido mantida durante inclusivamente até foi feita uma pequena reabilitação que nós reconhecemos, mas a questão é que não tem manutenção e portanto Sr. Presidente pensamos que aqui está um território completamente desaproveitado e que efetivamente tem de mudar.

Nas questões da Moção do Partido Socialista, como já disse também, e vamos votar favoravelmente contra o encerramento das Agências da CGD no Concelho de Almada, entendemos também que não faz o mínimo sentido.



Vamos votar também favoravelmente a Moção das Unidades de Saúde Familiar da Charneca de Caparica, mas vem aqui uma frase onde diz: “em situação de uma política de desinvestimento na saúde que foi seguida pelos Governos do PSD e do CDS-PP, em prejuízo de um conjunto da população e particularmente os setores mais vulneráveis”. Eu acrescento aqui ainda mais “em prejuízo do conjunto da população e particularmente dos sectores mais vulneráveis”, e agora no presente vai o Governo do PS apoiado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda aumentando a dívida na saúde.”

7.5.2 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às Moções que hoje temos à discussão, gostaríamos de dar não só o sentido de voto, mas deixar também algumas notas em relação a estas matérias.

Em relação à Moção sobre a Escola Secundária do Monte, iremos votar favoravelmente com uma nota de que não só no passado tivemos essa mesma preocupação ainda no decorrer da anterior legislatura, eu no desempenho de outras funções tive ocasião de solicitar à Parque Escolar que me acompanhasse, a mim e a um conjunto de outros Deputados, àquelas instalações para que vissemos a irracionalidade que foi por um lado a intervenção que ali foi planeada, que foi não só ali como em muitas escolas, infelizmente a nível nacional. Mas para além disso a irracionalidade que houve também naquela altura e a culpa do anterior também Governo, de não encontrar uma solução equilibrada e racional e bom senso. Porque à data e estamos a falar de 2012, estávamos do ponto de vista do espaço letivo, das salas de aula que estavam a ser objeto de requalificação, num estado praticamente pronto a usar. Faltava segundo me recorde colocar o chão e um quadro elétrico. E portanto, das duas uma, também no exercício da ação governativa, se não houver o bom senso para perante o erro tentar encontrar uma solução minimamente equilibrada, e o erro foi fazer a megalomania, mas o que é certo, é que está ali uma intervenção que eu não sei, passados 4 anos é importante que também se avalie, mas que se encontre uma solução nomeadamente no espaço das salas de aula, porque há quatro anos esse espaço estava praticamente pronto. E é fundamental que neste caso o atual Governo use de bom senso também para encontrar uma solução para acabar com os erros que infelizmente foram criados com a festa que foi a Parque Escolar e que ponha de uma vez por todas os alunos em condições para terem as suas aulas como merecem.

Em relação ao documento nº 2 e à situação de reabilitação do Parque Escolar apresentado pela CDU, nós iremos votar favoravelmente. Mas eu confesso e nós confessamos que nesta Assembleia já fomos confrontados com algumas situações. E eu recorde-me por exemplo a Escola de Vale Flores, e eu gostava de saber se por ventura não estando aqui identificada o que é que foi feito, porque aquilo que nós julgamos saber, até por algumas informações que vieram de forma subsequente, até alguma forma menos correta como foram tratados os Representantes da Associação de Pais que vieram aqui a esta Assembleia, os problemas não estão resolvidos de todo e era importante saber o que é que ainda falta fazer e quando é que vai ser concretizado. Mas iremos votar favoravelmente porque entendemos que é uma matéria essencial.



Em relação à Moção sobre a Bandeira Verde, na Freguesia do Laranjeiro e Feijó iremos votar favoravelmente.

Em relação ao Metro Sul do Tejo em meio urbano, iremos votar favoravelmente, mas este também é um mas, o Metro Sul do Tejo é importante que de uma vez por todas também se assumam erros. É que o problema do ruído para além do impacto que teve sobre a qualidade de vida do meio urbano, do acesso ao comércio local, daquilo que é a vivência do espaço da nossa cidade e do nosso território, também tem muito a ver com a opção de ter sido sempre à superfície, e esse erro tem que ser assumido por quem entendeu que o metro devia ser assim. Com os constrangimentos que gerou, com os problemas que criou e com o divórcio em relação ao espaço comunitário que criou também a muitos almadenses e a muitas pessoas que se deslocavam para o nosso território para ter acesso ao comércio local. E portanto, é bom que se corrijam, é bom que se corrijam, é bom que se criem novos investimentos que alarguem a sua rede e é bom que se coloque o metro minimamente ao serviço do Concelho, ao serviço da região e que tenha sustentabilidade operacional.

Em relação às competências iremos votar contra, nós entendemos que em muitas das questões que aqui estão defendidas, vão sempre contra aquilo que manda o mais elementar juízo de bom senso na gestão da coisa pública e não é com regionalização que tudo se faz, que tudo se consegue, e muitas das visões que aqui estão do ponto de vista da descentralização, carecem de um modelo que onde já foi testado felizmente comprovou que não é este o caminho que aqui é defendido nesta Moção. Nós somos a favor da descentralização por princípio, mas a descentralização pode ser feita diretamente para os Municípios, não é preciso ter esta estrutura regional como aqui também é defendida.

Em relação à Moção do CDS sobre o Dia do Teatro, iremos votar favoravelmente.

Em relação à Saudação ao 25 de Abril e o 1º de maio, nós iremos votar a parte deliberativa. Solicitávamos que pudéssemos também separar os considerandos, porque mais uma vez esta é uma comemoração que importa ser feita, nós associamo-nos obviamente à comemoração de duas datas importantes, não só a nível nacional e no caso do 1º de Maio a nível internacional, mas para todos os efeitos muitos dos considerandos que ajudam a justificar pelo menos na ótica do Bloco de Esquerda esta saudação, não deveriam ser colocados aqui, porque são objeto da sua visão sobre a sociedade, a história, a participação e as decisões de diferentes atores políticos e pensamos nós que não é no momento de saudação que se deve criar discurso político ou partidário. Em relação ao documento 10 iremos votar a favor e em relação ao documento 11 de participação e proximidade também iremos votar contra. E se não houvesse mais argumentos para aduzir à não conformidade daquilo que aqui é dito, bastava hoje reproduzir aquilo que aqui foi dito pela Munícipe Joana Silva. Foi a Munícipe Joana Silva que disse: “eu enviei uma comunicação em 2016 ao Executivo e em 2017 está tudo na mesma”. Portanto eu diria que sobre proximidade e participação estamos conversados. Aquilo que deveria acontecer é obviamente a Câmara ter instrumentos para ouvir a população, ter instrumentos para dar seguimento às suas questões e ter também um Relatório transparente daquilo que é a sua capacidade de solucionar as questões, e estas questões são recorrentes. Da limpeza, da requalificação de espaços



urbanos, de revitalizar áreas concretas e centrais do nosso Concelho, onde nós ouvimos ao longo do tempo essa importância, mas depois como a Múncipe Joana Silva também é confrontada comunica mas não vê solução. E portanto não acompanhamos também esta visão sobre a participação e proximidade que se anuncia, mas não se pratica.

Em relação à Quinzena da Juventude iremos votar favoravelmente, não deixando de alertar para a necessidade de tentar envolver ainda mais os jovens, mais o movimento associativo e tentar envolver genericamente mais a população. Mas é uma iniciativa que nós saudamos e que votamos também favoravelmente.

Em relação ao documento 13 e 14 sobre o encerramento das agências, nós iremos votar favoravelmente a parte deliberativa e pedíamos nomeadamente a votação em separado dos considerandos da Moção da CDU. Nós confessamos a perplexidade de haver a coragem de ainda hoje se colocar um parágrafo como o segundo que aqui consta, parecendo que, vejam lá o anterior Governo teve uma atitude, como aqui é dito e cito “a intensa operação movida contra a CGD continua com objetivo de a enfraquecer e descredibilizar”. Eu penso que em abono da honestidade intelectual de toda a gente que acompanha a história, eu penso que a política de créditos concedida sobretudo entre 2005 e 2011, não fez outra coisa que não isto que aqui é dito e atribuído a um Governo. E portanto, mais do que fazer aqui um discurso panfletário para dizer “vejam lá, este Governo, o anterior Governo descredibilizou”. Não. O anterior Governo procurou capitalizar aquilo que outros descapitalizaram, sabe-se lá porquê. Sabe-se lá porquê. Ou se calhar todos nós sabemos muito bem porquê. E portanto todos nós concordamos que estas três agências, sobretudo a da Sobreda e a de Cacilhas não fazem sentido ser encerradas. Não fazem sentido, tem que haver maior racionalidade. Mas confessamos que nesta fase, apresentar esta argumentação histórica para tentar fazer aqui algum enquadramento político-partidário não ajuda a uma causa que nos devia unir. E aquilo que nos une é nós estarmos contra o encerramento destas agências. E portanto em relação à parte deliberativa iremos acompanhar sem problemas.

O documento 15, a Unidade de Saúde Familiar da Charneca, iremos votar favoravelmente. Mas mais uma vez é notável falar-se no investimento na saúde e depois vermos, como já aqui foi dito, o aumento galopante da dívida do sector. Ainda hoje eu via uma notícia no Diário de Notícias onde se falava que os atrasos do Estado poderão fechar Unidades de Cuidados Continuados e reafirmava-se atrasos no pagamento a 116 Unidades de Cuidados Continuados, colocam em causa a sua permanência no apoio a 4500 utentes. E por isso a Unidade de Saúde Familiar da Charneca da Caparica e as duas Unidades de Saúde Familiares que é um processo que se eu não estou em erro até já tinha começado no Governo anterior. A decisão inicial começou a ser preparada pelo Governo anterior. Mas ainda assim sendo meritória a decisão e implementação que nós não pomos em causa, o enquadramento de todo o sector e a situação preocupante que estamos a testemunhar e daqui a uns tempos vamos poder sentir mais na pele, eu diria que levaria o bom senso a que não se dissesse a que um conjunto de enquadramentos e considerandos com o tempo irão desmentir.



Sobre o Terminal de Contentores, iremos votar a favor, mas dar nota de que o PSD hoje como ontem, continua a ser muito claro e aliás em Almada assumimos uma posição que se calhar outros não o fariam, que foi contra o seu Governo dizer “na Trafaria não”, “na Trafaria, não”. Mas atenção que ontem como hoje também dizemos, este investimento a ser feito só deve ser feito se houver algum operador privado que queira investir este montante. Não deve ser o Estado, até porque eu tenho dúvidas, confesso que do ponto de vista técnico faça sentido aumentar a capacidade de oferta portuária no Estuário do Tejo, a não ser que haja um operador que queira fazer esse investimento. O Estado fazê-lo por si é um erro e agrava a situação financeira pública e portanto a ser feito se for no Barreiro ótimo, na Trafaria não, eu estou muito à vontade porque até fui o relator desta matéria no Parlamento, e disse sempre claramente que era contra. Agora no Barreiro a ser feito, que alguém invista, que não o Estado através do dinheiro dos contribuintes.

Em relação ao documento 17, iremos votar a favor, e em relação também ao Dia Mundial da Água, iremos votar a favor.”

7.5.3 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas porque voltou a ser considerada a intervenção da Sr.^a Múncipe Joana Silva que colocou a questão da limpeza das Arribas e Falésias da área da Trafaria e Costa da Caparica, permitia-lhe apenas duas notas de situações passadas no Concelho. Há cerca de vinte anos ou talvez mais a Câmara Municipal resolveu proceder à limpeza da Fonte da Pipa o que levou o Instituto da Conservação da Natureza e dos Parques a multar a Autarquia porque atuou em terreno alheio sem autorização.

Segundo nota sobre a Vala aberta da Costa da Caparica. A Vala foi fechada pela Câmara Municipal porque era uma situação preocupante do ponto de vista ambiental, toda a bicharada, melgas que nos meses de calor entravam pelas habitações, etc., etc..

A Câmara Municipal foi multada em 500 contos com o argumento de ter fechado uma vala real. Só não pagou a multa porque o Governo, por recusa de uma Câmara da área penso que da Lousã, precisou de realizar o Festival Internacional da Juventude nos terrenos do INATEL, em que as acessibilidades eram importantes e a vala tinha sido fechada por encanamento também para a construção da Alameda Atlântica. Na altura era Primeiro Ministro o Engenheiro António Guterres que ao saber da situação por contato da Presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa, considerou a situação inadmissível e o que Gabinete intercedeu e a multa foi perdoada.

A questão que coloco assim é se a Câmara Municipal pode atuar na limpeza de um espaço que não é jurisdição municipal, pois é jurisdição da Administração Central através do Ministério do Ambiente/Agência Portuguesa do Ambiente.

Pelo que a abordagem destas questões devem sempre ter presente as responsabilidades, a jurisdição que no caso é também, penso que, do Ministério da Defesa Nacional e do Património de Estado.”

7.5.4 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Alguns comentários sobre os textos que temos em apreciação.

Documento 1 Pela conclusão das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica, o PS vai votar a favor desta Moção. Mas entende que para além do seu voto, deve também referir um conjunto de circunstâncias que explicam o voto e contextualizam o problema. A reabilitação da Escola Secundária do Monte de Caparica arrancou antes de 2011, e em 2011 o Governo PSD/CDS-PP parou todas as obras de reabilitação das Escolas Secundárias do País. Parou-as e lançou as Escolas Secundárias e as intervenções nas Escolas Secundárias num inferno de processos judiciais de indemnizações de custos acrescidos. Este novelo criado a partir de 2011 é um novelo difícil de destrinçar. O Governo PS não tem dúvidas sobre a necessidade de concluir as obras de reabilitação nas Escolas Secundárias e vai fazê-lo. Eu estou convicto que dentro de muito pouco tempo iremos apresentar aqui na Assembleia Municipal com a mesma convicção que agora vamos votar a favor desta Moção, uma Moção de congratulação pelo reatar das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica. Penso que muito brevemente isso acontecerá. Mas agora ainda não aconteceu e não tendo acontecido é matéria digna de censura e portanto nós como almadenses e conhecendo a história das coisas e conhecendo as consequências negativas da situação atual para a comunidade escolar, não podemos deixar de votar a favor desta Moção.

Sobre os investimentos da Câmara Municipal de Almada nos equipamentos escolares, sim é verdade a Câmara Municipal de Almada nos últimos tempos fez algum investimento significativo nesta matéria. Sim é verdade que conseguiu colmatar algumas deficiências que vinham de decisões anteriores do Município e neste momento estamos numa situação muito mais satisfatória do que aquela que existia há alguns anos atrás. Mas não está tudo resolvido e portanto esta Moção, e nós vamos votar a favor da Moção, para além de congratulação também é um assumir de responsabilidades para o futuro, porque nem tudo o que é necessário está aqui, ainda há mais exigência, ainda há mais necessidade. Eu refiro por exemplo que à medida, e bem, que se vai ultrapassando as situações de horários duplos nas Escolas do 1º Ciclo, aquelas que ainda se mantêm em horário duplo, a situação torna-se cada vez mais gritante e mais difícil de aceitar pelas populações. E portanto é necessário encontrar uma solução para o Pragal que neste momento ainda funciona em regime de desdobramento integral, penso eu, é essa a informação que tenho e a solução para o Pragal penso que já foi encontrada mas não está aqui nesta Moção e pelo menos isso deviam fazer, deviam integrar a solução para haver também um compromisso da CDU para aquele problema que é um problema existente, real e que não deve continuar. Portanto, é uma sugestão que eu faço, mas quem apresentou a Moção que a siga se achar conveniente.

Saudação às Freguesias do Laranjeiro e Feijó galardoadas com Bandeira Verde Eco Freguesias XXI. É sempre importante a preocupação das Freguesias conseguir posicionar-se no sentido de haver reconhecimento daquilo que são as boas práticas e portanto é matéria a que nós nos associamos também.

Metro Sul do Tejo. O Metro Sul do Tejo é uma obra, um empreendimento a que o Governo do PS também esteve associado, foi um empreendimento que avançou em função de uma convergência entre



o Governo Central da altura e a Câmara Municipal. Tem problemas, tem constrangimentos, há passos a dar, mas é um meio de transporte importante para o futuro do Concelho. E sendo um meio de transporte importante para o futuro do Concelho é também importante que nós assinalemos os aspetos que devem ser melhorados e desejamos que essas melhoras sejam introduzidas. Portanto, votaremos também a favor desta Moção.

Transferência de Competências para as Autarquias Locais. Nesta matéria não estamos de acordo com a CDU e com toda a frontalidade e com orgulho também das posições que temos assumido sobre esta matéria assinalava alguns aspetos que justificam a nossa não concordância com esta Moção.

Entendemos que o princípio da subsidiariedade deve ser aplicado em matérias importantes para a população, que os proponentes excluem no ponto 3 da parte deliberativa da Moção. Entendemos que é favorável que as questões relacionadas com os domínios económicos, social e cultural, e da educação sejam objeto de transferência de competências para a Autarquia no sentido de conseguir um melhor serviço às populações que a proximidade propicia.

Acompanhamos a preocupação na exigência de meios materiais, financeiros e humanos associados à transferência de competências, aliás essa matéria é uma matéria que reúne um largo consenso entre as forças políticas portuguesas e portanto não está em causa a transferência dos meios necessários para o exercício das competências, o que está em causa é a concessão em termos dos âmbitos que essa transferência de competências deve incluir. E portanto aqui não há convergência, e também não há convergência na leitura que se faz relativamente ao dossier Regionalização. O PS sempre se afirmou como um Partido favorável à Regionalização, entende que se fosse possível em termos dos consensos políticos nacionais avançar com a Regionalização, não deveríamos deixar de o fazer, mas temos que ser pragmáticos e ver até onde é que podemos ir em cada momento. E neste momento podem ser dados passos importantes em matéria de descentralização de competências e esses passos importantes não devem de ser impossibilitados por não haver consensos suficientes para avançar em matéria de Regionalização.

Saudação ao Dia Mundial do Teatro, apresentado pelo CDS-PP. Temos todo o prazer em associarmos à votação da Moção.

Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio, apresentado pelo Bloco de Esquerda. Não temos obviamente nenhum aspeto a referir a não ser a concordância nos aspetos essenciais e o nosso voto favorável. Não apresentamos nesta Assembleia nenhum texto sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio, porque em reunião dos Representantes dos Grupos Municipais foi deliberado fazer uma Sessão Extraordinária Evocativa do 25 de Abril e será nessa sessão que apresentaremos o nosso texto, embora tenhamos todo o prazer em votar este texto e o Bloco teve toda a legitimidade de o apresentar hoje aqui.

Centenário do Nascimento de Alfredo Diniz. A resistência ao fascismo é um aspeto fundamental da história contemporânea de Portugal, enriquece-nos culturalmente e civicamente. No fundo evocar figuras importantes da resistência ao fascismo e pessoas que deram a sua liberdade e a sua vida, neste



caso, pela luta contra a ditadura. E portanto este evocar o Centenário do Nascimento de Alfredo Diniz é importante e associamo-nos também à votação.

Moção/Deliberação Participação e Proximidade. Muito bem, nós entendemos que os passos que foram dados são passos importantes, mas não esgotam a questão da participação e da proximidade. Nós entendemos que há instrumentos fundamentais que não podem deixar de ser invocados aqui e cuja falta é para nós motivo de distanciamento relativamente ao texto da Moção, que é o Orçamento Participativo. Na atualidade não entendemos possível avançar de forma decisiva nesta matéria sem o Orçamento Participativo, é matéria que tem feito caminho, cada vez há mais Municípios que praticam de forma decisiva essa modalidade de aprofundamento da democracia, e portanto nós entendemos que o facto de não estar aqui previsto não nos permite aderir com a convicção que gostaríamos a esta Moção. Quinzena da Juventude. Votaremos obviamente a favor. De qualquer modo uma referência, nós estávamos convencidos que em 2016 seria instituído e praticado o Orçamento Participativo Jovem, aprovado aqui nesta Assembleia. E portanto, nós sabemos que continuam os trabalhos para aprofundar os conceitos, as decisões, etc., etc., mas ainda não se realizou e é pena, podia ter-se realizado e era importante, era também um contributo importante para a mobilização da juventude no nosso Concelho.

Relativamente à Moção da CDU sobre a CGD. Nós entendemos o parágrafo que integra o 4º parágrafo, que é um parágrafo que nos impede de votar os considerandos, a não ser que aceitem retirar o 4º parágrafo. Se aceitarem retirar o 4º parágrafo teremos todo o gosto em votar o vosso texto, se não aceitarem teremos todo o gosto de votar a parte deliberativa, se nos for permitido votar separadamente.

A Moção sobre a Saúde. Obviamente que vivemos num contexto político em que há posições divergentes sobre várias matérias. O PSD faz aqui referência ao aumento da dívida. É matéria que o PSD no futuro poderá eventualmente vir a quantificar e utilizar na sua campanha, mas aquilo que deveria fazer era, quando diz que se está a trabalhar para aumentar a despesa no Serviço Nacional de Saúde, dizer quais é que eram os investimentos que cortavam, quais é que eram os serviços que fechavam que é para as populações saberem quais é que eram as consequências das vossas opções.

Terminal de Contentores no Barreiro. Sendo vontade da população do Barreiro e dos seus Órgãos Representativos que o Terminal de Contentores possa localizar-se no Barreiro e sendo viável do ponto de vista económico que isso aconteça, como parece que é. Obviamente que entendemos que é uma boa solução para o Barreiro, para a Área Metropolitana e para Almada, porque a partir do momento em que os contentores vão para o Barreiro, e de acordo com a vontade da população, também consolida um aspeto que para nós é importante que é preservar a Trafaria do projeto que existiu para instalar aqui os contentores. Projeto esse que mereceu o repúdio unânime das forças políticas do Concelho de Almada, e esse aspeto, essa convergência que aconteceu no passado é positiva e deve manter-se para preservar ambientalmente esta Freguesia da Trafaria que já tem tantos impactos negativos em termos ambientais que vêm do passado, que não deve ter mais este impacto negativo para a sua qualidade.

E estas eram as questões fundamentais que gostava de apresentar.”

7.5.5 – A Sr.ª Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas breves explicações sobre os sentidos de voto que o Bloco de Esquerda irá adotar relativamente a estas Moções.

Há um conjunto largado de Moções que fazem menção à defesa de direitos fundamentais, sejam eles o direito à educação, à saúde ou o direito à mobilidade nas suas várias dimensões no Concelho de Almada, e que nós genericamente iremos votar a favor de todos com algumas notas no caso do Metro Sul do Tejo. Quando o Sr. Deputado do PSD fala em sustentabilidade operacional, era preciso que o contrato inicialmente feito não fosse um contrato leonino e que fosse um contrato que permitisse a sustentabilidade operacional, ao dar dimensão ao Metro Sul do Tejo para fazer o percurso que supostamente ele iria fazer, esse percurso sim que lhe permitiria ter utentes suficientes para lhe dar sustentabilidade operacional, em vez do número de utentes que hoje tem em parte devido ao parco percurso que faz servirem como razão sustentada e isso sim de indemnizações compensatórias por parte do erário público e por parte dos contribuintes aos operadores privados.

No caso da defesa da Saúde, acompanhamos todas as Moções de defesa da saúde, apenas uma palavra porque estamos na Trafaria, de que é importante não desistir do Centro de Saúde da Trafaria. Sabemos que a cada ano que passa as esperanças tornam-se mais ténues, mas não quer dizer que elas desapareçam. Não nos interessa apenas recuperar direitos que foram retirados, nós queremos avançar e portanto a esperança não podemos deixar de a ter relativamente ao Centro de Saúde da Trafaria, da sua reabertura.

Também acompanhamos as Moções relativamente à CGD, independentemente do que vier a ser apurado sobre o tipo de empréstimos que foi ou não concedido pela CGD nos vários momentos. Independentemente de o anterior Governo ter feito uma capitalização ou uma recapitalização da CGD que já se sabia na altura que era muito abaixo daquilo que era necessário e portanto para manter uma fachada de saída limpa ter mantido um buraco na CGD. Independentemente das opiniões e das posições que o Bloco de Esquerda tem sobre a atual solução para a recapitalização da CGD, aqui trata-se de defender a manutenção dos balcões da Caixa, num território. E portanto é um fator de desenvolvimento do território, é um acesso a um serviço importante para as populações e nós certamente acompanhamos.

Queria fazer menção a duas Moções em particular, as duas apresentadas pela CDU. Uma para demonstrar acordo, até porque fomos os dois Grupos Parlamentares junto com o PEV que tiveram a mesma posição na Assembleia da República sobre isto, e outro para demonstrar algum ceticismo.

Em relação ao acordo, tem a ver com a transferência de competências. A transferência de competências, porque se é verdade que o princípio da subsidiariedade nos diz que nós devemos aproximar as competências dos órgãos que estão mais perto da realidade e do território, e isso foi dito pelo PSD, é certo também, é verdade que o princípio da democracia e da democraticidade das decisões dir-nos-á que essas competências têm que ser transferidas para órgãos que no mínimo tenham o mesmo nível de democracia. Ora, o que este projeto faz em alguma medida é transferir competências



para órgãos que não são eleitos por sufrágio universal, competências que hoje estão na mão do Governo que quer nós queiramos, quer não, tem um nível de escrutínio e um nível de democraticidade muito superior. É o caso de crítica que o Bloco de Esquerda tem feito relativamente às estruturas intermunicipais. O Bloco de Esquerda defende que devem haver organismos ou órgãos políticos que correspondam às grandes áreas urbanas, mas eles têm que ser absolutamente democráticos, mas há aqui outros perigos neste projeto que nós temos vindo a apontar, e não é apenas a não realização do preceito constitucional de regionalização, não é apenas isso. É também o facto deste projeto ao não ter em atenção conseguir abrir a porta para um conjunto de perigos da universalidade do serviço público, da educação, ou da saúde que podem perigar inclusive para as características essenciais do serviço público. Ao não terem em atenção a escala que é prestada para este serviço abre, em muitas situações, a porta para concessões ou privatizações de serviços públicos, ao não ter em atenção, no caso da educação por exemplo a dimensão enorme de autonomia pedagógica e de gestão democrática que tem que haver dentro de uma escola, pode criar problemas ao transferir para as Câmaras Municipais a gestão de recursos humanos, nomeadamente os assistentes operacionais que saem do âmbito da tutela e são transferidos para as Câmaras Municipais. Isso daria pano para mangas, porque já hoje essa dualidade de critérios cria muitos problemas tanto às Câmaras Municipais como às Escolas, mas é apenas para salientar os grandes perigos deste projeto.

Mas porque a gestão democrática é uma das razões das escolas, é uma das razões pelas quais nós achamos que há um risco imenso na transferência de competências na área da educação para as Câmaras Municipais onde ela devia pertencer à autonomia de cada escola.

Proximidade. Porque o Bloco de Esquerda tem um entendimento de democracia participativa que está e tem que estar absolutamente relacionado com o exercício do poder. A Democracia Participativa tem de ter instrumentos de partilha efetiva de poder. Isto quer dizer que, muito bem, as Opções do Plano referem-se a um conjunto de matérias como a qualidade do serviço público, a necessidade de comunicação com os cidadãos, assegurar aos cidadãos o direito à informação administrativa, mas todas estas questões que estão levantadas nas Opções do Plano são obrigações de qualquer Município, são obrigações do Poder Local Democrático. Elas não aprofundam instrumentos de democracia participativa como nós achamos que deveria aprofundar. A realização e a existência de Fóruns Municipais como o Fórum Municipal da Juventude, nós também encaramos como uma obrigação, como um órgão que deve existir no Município como existe em tantos Municípios do País. A realização de Fóruns temáticos para que os cidadãos possam ser esclarecidos pela Câmara Municipal sobre alguns temas como é o caso da mobilidade. Sim senhora, é um instrumento. Os cidadãos que queiram podem informar-se, lá é explicado. Ainda recentemente tive oportunidade de estar num deles. É explicado qual é o Plano da Câmara e as pessoas no fim tiram umas dúvidas. Todos eles são instrumentos que o Bloco de Esquerda não rejeita, com certeza. Agora a democracia participativa tem de ser mais do que isto. Tem de ter instrumentos de partilha de poder. Nós hoje temos um instrumento, já foi aqui dito que é reconhecido desde 1989 pela ONU como um dos melhores instrumentos de gestão urbana do mundo,



que nasce em Porto Alegre 89 e que é o Orçamento Participativo que o Bloco de Esquerda defende há muitos, muitos anos e é por isso que nós vamo-nos abster nesta Moção. Não é porque estejamos contra as Opções do Plano quando dizem que os cidadãos têm direitos. Não é porque estejamos contra a realização de fóruns em que os cidadãos são esclarecidos, é porque achamos que a democracia participativa tem de ser mais do que isto.”

7.5.6 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer que vamos votar favoravelmente todas as Moções apresentadas do PS, do Bloco de Esquerda e do CDS. E queríamos à laia de pequenos comentários, dizer o seguinte, nós as Moções que apresentámos não são Moções no sentido de exaustivamente dizer o que se fez, o que se está a fazer, o que se prevê fazer. E nestas questões, por exemplo sobre o Metro Sul do Tejo, o Sr. Deputado Nuno Matias evoca que, mas também há que assumir o erro, porque afinal foi todo à superfície, podia subentendo eu, que podia haver enterrado. Esse não foi o objetivo fundamental.

Esta Moção significa aliás mesmo para sua viabilização, nós não pusemos por exemplo uma coisa que andamos há anos a dizer, que é a necessidade da integração do passe social intermodal neste operador. O nosso objetivo aqui não foi fazer uma história do metro. O nosso objetivo foi ir de encontro àquilo que as pessoas vêm à Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente, os Grupos Municipais têm aqui colocado também como porta-voz dessas preocupações e dessas reclamações por parte das populações sobre o ruído, sobre a trepidação, por falta de manutenção. Aliás eu creio, e se a Sr.^a Deputada Joana Mortágua me permite, eu creio que nós nestas questões da participação não fazemos só a explicação, porque quando o Município vem aqui e levanta questões, nós tomamos nota e a Câmara e também junto da Câmara trabalhamos para a resolução dos problemas que os Municípios aqui colocam. Não é no dia seguinte, não é na semana seguinte, mas é efetivamente e todos sabemos que assim é. Quando nós fazemos os fóruns de participação neste mandato é muito mais do que ir informar o que vamos fazer, aliás veja-se que no Congresso Almada muitos dos participantes no Congresso, e nós assumimos isso como um fórum de participação, como uma forma de ouvir as populações, muito do que foi dito no Congresso foi plasmado depois no Plano para 2017. Eu diria que também nesta lógica há muita coisa por fazer, porque isto é um trabalho continuado, porque nós acabamos uma situação, para a semana temos que resolver outra, e no conjunto da participação da população nós, permitam-me a expressão, também corrigimos coisas que temos no Plano do Programa ou no Plano da Obra realizada e também queremos ir mais longe.

Dizer muito sucintamente ao Sr. Deputado José Joaquim Leitão que a questão, Sr. Deputado é verdade que a Regionalização não tem esse dito apoio geral, consensual, mas se nós fossemos só fazer aquilo na Assembleia da República, na atual correlação de forças, esse não é o argumento para se repor alguns direitos, para se travar alguma política que foi desenvolvida. E, eu lamento dizer aos Srs. Deputados do CDS e do PSD, mas sim, vejam só quantas agências da CGD fecharam no tempo do Governo PSD/CDS, designadamente no Concelho de Almada. Vejam só ao nível do País também. Se



os Srs. estão melindrados porque se invoca a vossa coligação no Governo anterior, façam uma autocrítica e digam não têm nada a ver com isso. Agora, o que é verdade é que da Caixa Geral de Depósitos, foram encerradas agências na coligação de direita.

A questão do Serviço Nacional de Saúde, foi efetivamente uma desgraça para as populações e designadamente na falta de condições de acesso aos cuidados de saúde, e nós temos que ter noção que há muita coisa por fazer, porque também o nível de degradação dos serviços públicos no anterior Governo atingiu também níveis nunca vistos.

E para concluir, creio que nesta questão da descentralização de competências a regionalização, a eleição das Áreas Metropolitanas, lamentamos que o PS esteja sensível a que a direita não quer e portanto não vote favoravelmente aquilo que só pode ser assim para resolver as questões da descentralização com níveis de responsabilidade, com níveis de investimento. Lamentamos mas não estranhámos, mas ainda assim fica esta nota, porque se fossemos à procura do consenso de todas as forças partidárias para resolver alguns problemas do País, Srs. Deputados do Partido Socialista, estaríamos ainda numa situação ainda pior do que estamos.”

7.5.7 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só alguns esclarecimentos em relação a algumas questões colocadas.

Em primeiro lugar o Sr. Vereador António Matos poderá confirmar, mas nos nossos Pavilhões Desportivos não há fibrocimento, há uma placa sanduiche assim chamada, mas não há fibrocimento. Foi feito levantamento em tempos de tudo isso. Os projetos de intervenção das escolas estão a ser sucessivamente concretizados e em relação às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância, são essas que são da responsabilidade da Câmara. Estamos a fazê-los e a completá-los, e tal como dissemos, apesar do Instituto Ricardo Jorge não ter identificado problemas para a saúde nas situações das nossas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, decidimos retirar o fibrocimento apesar disso. E portanto o fibrocimento vai ser retirado e se existir em algum sítio onde os Srs. o descubram, nós lá iremos e retiraremos, não tenhamos nenhuma dúvida sobre isso, nem temos a veleidade de ter o saber absoluto sobre essas matérias. Mas quando o descobrirem iremos resolver.

Em relação à questão dos contentores e do abandono da Trafaria, eu penso que essa matéria está esgotada. É reconhecido que estamos muito interessados na promoção desta porta de entrada do Concelho, fica frente a uma zona monumental de Lisboa e que nós precisamos de qualificar e trazer para a Trafaria aquilo que ela foi aqui nos anos 30 e 40, porque esta Frente Atlântica começou muito do ponto de vista turístico por aqui. E estamos apostados nisso. Aliás como se pode identificar pelas várias iniciativas que no quadro do que são os nossos recursos, podemos e estamos a fazer. Não haja qualquer dúvida sobre essa matéria.

Em relação à Escola de Vale Flores, assim que seja aprovado a Revisão Orçamental, o projeto está feito, aguarda a cabimentação que será feita logo após. Apesar de já terem sido feitos alguns melhoramentos na linha da identificação dos problemas que aqui foram trazidos pela Associação de



Pais, que chamaram atenção para alguns problemas. Nós quando as coisas são colocadas, nós vamos saber se é assim. Volto a dizer, e se identificar as coisas são resolvidas, sabem bem que não são estas questões que dividem no fundamental as pessoas. As pessoas querem isso resolvido. Só por maldade é que diríamos que não fazíamos ou que iríamos dizer que não está lá nada, quando existe lá um problema. Não temos esse espírito em relação às coisas. Comigo não. Podem ter a certeza que onde houver problemas e se eu os conseguir identificar e me ajudarem a identificar, todos nós, esta equipa que trabalha comigo ajudará a resolver os problemas.

Horários duplos. Horários duplos é uma aposta nossa. Acabar com os horários duplos. Sabemos isto perfeitamente. Houve um percalço o ano passado com um problema na Escola da Charneca que fez com que recuasse o processo, contra a nossa vontade. Isso foi discutido, foi a Escola Carlos Gargaté, mas estamos cá para resolver esse problema. A do Pragal será resolvida, há um acordo também para resolver esses problemas já aqui em Almada. Há uma escola em construção, como sabe, também na Charneca que irá também resolver algumas coisas que teremos que continuar e iremos resolver com certeza nessa linha.

Não esquecemos em relação às Escolas do Ensino Secundário. Já agora, porque também iria dizer alguma coisa sobre as questões de transferência de competências, que em relação às Escolas do Ensino Secundário há uma necessidade de Escolas do Ensino Secundário nestas Freguesias da Frente Atlântica, vamos chamar assim, Caparica, Charneca. Essa questão tem sido várias vezes colocada, ainda no momento da avaliação do início da obra que fizemos, essa questão foi colocada pelos Srs. Professores e Professoras que nos acompanharam nesse momento. E isto tem a ver com a questão das transferências de competências. Nós estamos no processo concreto. Naturalmente que as questões de avaliação geral e de conceitos têm um certo valor, mas neste momento há uma vontade do Governo em colocar isso em discussão. E nós estamos na discussão dessas questões, e isso é que é importante sublinhar, nós estamos na discussão dessas questões. Agora temos a nossa opinião sobre como é que elas podem ser resolvidas da melhor forma, fazendo prevalecer aquilo que é a democracia, ou aquilo que é a boa gestão do interesse público. Mas e naturalmente que em relação ao ensino, assim como em relação à saúde, em relação à ação social há muita coisa que vai para além dos princípios e que é preciso ver no concreto.

Eu pergunto-me o que é que vão fazer ao pessoal das Direções Gerais da Saúde, ou da Educação, o que é que vão fazer? Pessoal das Direções Regionais da Educação vão trabalhar para as Câmaras, ou vão trabalhar para as CCDR, ou vão regressar aos Ministérios? Só esta questão. Mas ainda ninguém me respondeu. Mas haverá mais, haverá outras questões para as quais é necessário encontrar soluções concretas, e depois não basta fazer a avaliação do que é que nós devíamos fazer para manter o que está. O dinheiro é para manter o que está e então é a manutenção do que está. Mas não é só isso, é o resto. É também a perspetiva de desenvolvimento. E em relação a isso como é que vamos lidar com essa matéria? Convém dizer que nas relações entre as Autarquias e a Administração Central ou o Estado, para sermos claros sobre essa matéria, as coisas não têm corrido bem. E há alguma razão



para haver alguma não confiança, não a desejável confiança que é necessário haver para que as coisas possam progredir. Mas há uma questão central aqui da descentralização, e a propósito da proximidade, a Sr.^a Deputada Joana Mortágua agora não está aqui, ela não tem estado, e por isso algumas coisas pode não ter acompanhado. Mas há aqui uma questão central que é a questão das Freguesias, porque participação e proximidade ou descentralização, depois da agregação de Freguesias e sem isso estar resolvido, eu penso que é um bocadinho contraditório, sobretudo no nosso caso concreto. Podemos dizer, enfim haverá outros pontos do País onde a coisa poderá ser feita de outra maneira, mas isso feito não só à revelia da Assembleia Municipal, deste órgão, foi imposta, como nós temos neste momento se calhar uma Freguesia ou um agregado de Freguesias que tem mais de 50 mil habitantes, até estará provavelmente contra a Lei. Que a Lei determina que as Freguesias, havia agregação até 50 mil habitantes, se houvesse algum crescimento em relação à chamada mega, como se diz por aí, Almada, Cova da Piedade, Cacilhas e Pragal provavelmente terá mais de 50 mil habitantes e portanto já estaria fora da Lei. Mas, como é que se resolve este problema? E esta é que é a questão. É pena a Sr.^a Deputada não estar. Essa é que é a questão. Porque diz-se assim, partilhar o poder, mas partilhar o poder, aqui temos uma boa causa criar as Freguesias, até criamos órgãos de poder, mas a constituição até permite que haja Associações de Moradores. E as Associações de Moradores têm lugar nas Assembleias de Freguesia. E as Associações de Moradores podem receber fundos, podem ter rubricas e administrar fundos. E porque é que não vamos por aí? Porque é que não podemos ir, tal como nós propusemos, ou melhor tal como resultou do Congresso Almada no processo de criação das Comissões de Desenvolvimento das Freguesias. Porque é que nós não podemos transferir recursos para a Associação de Moradores da Fonte da Telha, ou para a Associação de Moradores da Banática, ou para a Associação de Moradores do Bairro do Matadouro, ou para a Associação de Moradores de onde quer que calhe? Porque não? Se eles existem formalmente poderemos transferir verbas e não deixar de ser uma Associação de Moradores, não deixarmos de estar a fomentar e a promover o Orçamento Participativo se lhe quisermos chamar assim, dentro de um formato que tem uma consistência e uma racionalidade que a Constituição dá cobertura. Com prestação de contas inclusivamente perante os seus participantes, e é esse processo que está em curso. Nós temos 170 mil euros no nosso orçamento que pode ir a 340, já o dissemos aqui, não estará lá, mas para apoiar projetos das Comissões de Desenvolvimento das Freguesias, assim elas criem por vontade dos moradores das Freguesias. E até dissemos que as Associações, Coletividades, Agrupamentos de Escolas, IPSS podem ser a base, o fermento da criação dessas Comissões. E se criarmos essas Comissões teremos mais facilidade em recriar as onze Freguesias. Nós temos um pensamento sobre isto, nós não fazemos folclore em torno da questão da participação, não fazemos folclore. Temos um projeto, o projeto passa para que as populações retomem a possibilidade de terem a sua representação. Há outras formas, sim senhor. O Orçamento Participativo Jovem, o Fórum da Juventude em que possam participar todas as Associações Juvenis e não só aqueles que se sabe que têm por vezes muita dificuldade em ter os processos de legalização e formais que os Concelhos de Juventude estavam obrigados. Uma perspetiva mais ampla



de participação do que aquela que a Lei parecia oferecer. As Opções Participativas no caso dos Bairros Sociais. Só aqui teremos mais de 250 ou entre 200 e 300 mil euros de distribuição. Se forem ver, comparem o orçamento de Almada e isto para fomento da participação dos cidadãos e comparem aquilo que outros Concelhos dão em percentagem para o Orçamento Participativo. Comparem em percentagem isto com os Orçamentos. Sim, Lisboa pode dar um milhão, dois milhões, mas tem um Orçamento de setecentos ou oitocentos milhões de euros. Comparem em proporção aquilo que Almada dá e aquilo que outros dão. Agora, o conceito. Desculpe Sr.^a Deputada, também participei, sou mais velho, no processo e na discussão de Porto Alegre, o conceito não era fechado nem fixista, o conceito era adaptado às realidades e às dinâmicas das populações. Foi sempre assim concebido, porque era de facto de participação, não era uma concessão que se levava, e agora tomem lá disto. Não. Era um processo que nascia das populações, nascia da sua capacidade de organização, da sua capacidade de se relacionar com os vários níveis de poder e aí se encontravam as soluções. Tinham consistência, procurava alicerces mesmo que começasse de uma forma, enfim, mais discreta. Agora, nós às vezes ficamos satisfeitos com as formas mais elementares de participação, quer dizer têm aqui uns dinheiritos, vejam lá onde é que o querem aplicar. Nós pensamos que podemos ir mais longe, temos outra maturidade e podemos com esse financiamento, não estou a pôr de lado que esta possibilidade não tenha razão de ser e não possa existir para muitas comunidades, agora pensamos que aqui, sobre o Orçamento Participativo neste momento fundamental é ajudar a recriar as Freguesias no Concelho de Almada, é a constituição por vontade popular das Comissões de Desenvolvimento de cada Freguesia. Esta é a nossa proposta.”

7.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.6.1 - A Moção/Deliberação Pela conclusão das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho – Presidente da União da Junta das Freguesias da Caparica e Trafaria, foi aprovada por unanimidade.

7.6.2 - A Moção/Saudação à situação e reabilitação do parque escolar do Concelho, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.6.3 - A Moção/Saudação à Freguesia de Laranjeiro e Feijó galardoada com a bandeira verde Eco Freguesias XXI, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.6.4 - A Moção/Deliberação Sobre a Metro Sul do Tejo em Meio Urbano, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã – Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada Cova de Piedade, Pragal e Cacilhas, foi aprovada por unanimidade.

7.6.5 - A Moção/Deliberação sobre Transferência de Competências para as Autarquias Locais, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus



representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

7.6.6 - A Moção/Saudação ao Dia Mundial do Teatro, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.6.7 - A Moção/Saudação Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por pontos:

7.6.7.1 – A parte introdutória foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.6.7.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.

7.6.8 - A Moção/Saudação ao Centenário Nascimento de Alfredo Diniz, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (de eleito do CDS-PP).

7.6.9 - A Moção/Deliberação sobre Participação e Proximidade, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE).

7.6.10 - A Moção/Saudação à Quinzena da Juventude 2017, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por unanimidade.

7.6.11 - A Moção/Deliberação Contra o Encerramento de Agências da CGD, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho, foi aprovada por pontos:

7.6.11.1 – A parte introdutória foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

7.6.11.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.



- 7.6.12** - A Moção/Deliberação Contra o Encerramento de Agências da CGD no Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.13** - A Moção/Deliberação sobre Unidades de Saúde Familiar da Charneca de Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.14** - A Moção/Deliberação Sim ao Terminal de Contentores no Barreiro. Não a Terminal de Contentores na Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN) e uma abstenção (de eleita Ind.).
- 7.6.15** - A Moção/Deliberação sobre Centenário do Nascimento de Romeu Correia, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.16** - A Moção/Deliberação 22 de março – Dia Mundial da Água e Almada Terra de Cumprimento de Direitos Humanos, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Sónia Silva, foi aprovada por unanimidade.
- 8** – Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião amanhã, dia 11 de abril de 2017.
- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisca Luís Baptista Parreira, Ivan da Costa Gonçalves, António Brigas Alves e António José Pinho Gaspar Neves.
- 10** - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de trinta e nove Srs. Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H05 do dia 11 de abril de 2017.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____